**ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA**

**SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS – PROGRAMA REM MT**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 8h30 horas, iniciou-se a 17ª Reunião da Comissão de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas, no âmbito do Programa REM Mato Grosso, realizada no Hotel Fazenda Mato Grosso, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com a participação de representantes indígenas e não indígenas, membros da Comissão, equipe técnica e instituições parceiras, conforme lista de presença anexa, a qual passa a integrar a presente ata para todos os fins de direito. A sessão foi aberta pela coordenação dos trabalhos, que procedeu ao acolhimento dos participantes e à composição da mesa. Na sequência, foram proferidas as falas institucionais. Eliane Xunakalo, na qualidade de presidente da FEPOIMT, destacou sua recondução ao cargo, reafirmando o compromisso institucional com a continuidade das ações, o fortalecimento da governança indígena e a promoção do diálogo interinstitucional. A Coordenadora do Programa REM MT, Lígia Vendramin, ressaltou a necessidade de consolidação dos resultados da Fase 2, com base nos aprendizados da etapa anterior e na ampliação da participação das regionais. Dando prosseguimento, foi realizada dinâmica de apresentação dos participantes, com o objetivo de promover integração e levantar expectativas, as quais abrangeram, dentre outros pontos, a compreensão das diretrizes da Fase 2, a ampliação do acesso aos recursos, o fortalecimento da participação indígena e o aprimoramento da transparência e efetividade das ações. Em seguida, a programação da reunião foi apresentada, discutida e aprovada pelos presentes, contemplando os seguintes pontos de pauta: (i) avaliação da Fase 1; (ii) discussão das estratégias da Fase 2; (iii) análise e deliberação sobre atas anteriores; e (iv) revisão do regimento interno. No período da manhã, procedeu-se à leitura das atas das reuniões anteriores. A ata da 14ª reunião foi submetida à apreciação e aprovada por maioria simples, com o registro de que parte dos encaminhamentos não foi executada no prazo previsto, em razão de limitações operacionais, especialmente no que se refere à gestão financeira. A ata da 15ª reunião extraordinária foi aprovada por unanimidade. A ata da 16ª reunião foi aprovada por maioria, com ressalva quanto à necessidade de revisão de inconsistências pontuais em momento oportuno. Ainda no mesmo período, foi deliberada, por consenso, a institucionalização de um boletim informativo pós-reunião, a ser elaborado e divulgado no prazo máximo de cinco dias úteis, contendo síntese dos principais encaminhamentos e decisões. Ficou estabelecido que o referido boletim deverá ser disponibilizado em formatos acessíveis (texto, áudio e vídeo), por meio dos canais oficiais de comunicação, incluindo aplicativos de mensagens, resguardando-se, quando necessário, o sigilo de informações estratégicas. No período da tarde, deliberou-se pelo adiamento da discussão do regimento interno para o terceiro dia de reunião, com vistas a possibilitar maior aprofundamento e qualificação das contribuições. Na sequência, deu-se continuidade às discussões estratégicas da Fase 2. Myllena Contragiani apresentou a síntese dos resultados da Fase 1, destacando a execução aproximada de R$30.000.000,00 (trinta milhões de

reais), sendo mais de 70% destinados a projetos, 16% ao fortalecimento institucional e 8% à governança. Magaly Medeiros, consultora nacional, apresentou a avaliação da Fase 1, elaborada a partir de metodologia baseada em três dimensões: (i) capacidade institucional; (ii) resultados da execução; e (iii) impactos gerados, conforme diretrizes do banco KfW. Foi destacado que todos os projetos atenderam às salvaguardas socioambientais, não havendo registros de descumprimento. Observou-se predominância de projetos com desempenho satisfatório, sendo as limitações identificadas associadas a fragilidades de gestão e planejamento. Nada mais havendo a tratar no primeiro dia, os trabalhos foram encerrados. No segundo dia, os trabalhos foram iniciados com momento cultural, por meio de canto tradicional indígena, com vistas ao fortalecimento coletivo. Em seguida, foi apresentada a Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas, possibilitando contribuições dos participantes. No Eixo 1, destacou-se a ação de fortalecimento da participação das mulheres em espaços de decisão, com previsão orçamentária aproximada de R$636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais), sendo propostas atividades como rodas de diálogo, capacitações e ações formativas. Houve consenso quanto à importância do fortalecimento da organização TAKINÁ, sendo encaminhada a elaboração de termo de referência específico para viabilizar a execução das ações. No Eixo 2, foram debatidas estratégias de comunicação e mecanismos de participação da governança indígena. No Eixo 3, foram discutidas as diretrizes do edital e a formação de Agentes Ambientais Indígenas (AAI). Posteriormente, Paula Vannucci, apresentou a professora Rosane Duarte Rosa, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que expôs a proposta de formação dos AAI, consistindo na oferta de curso superior tecnólogo em Gestão Ambiental, com duração aproximada de dois anos, abrangendo atividades presenciais e práticas comunitárias. Foram debatidos aspectos relacionados a critérios de seleção, distribuição de vagas, logística, permanência estudantil e valorização de saberes indígenas, sendo encaminhada a realização de reunião específica para ajustes e posterior tramitação institucional. Na sequência, foi apresentado o Projeto Aldeias Verdes, Coronel Souza, com previsão de aporte de aproximadamente R$600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo ressaltada a necessidade de articulação interinstitucional para complementação de recursos. Também foram discutidas ações voltadas ao fortalecimento econômico de mulheres indígenas, com previsão de aproximadamente R$700.000,00 (setecentos mil reais). No terceiro dia, foram apresentados os principais aspectos do edital de chamamento público da Fase 2, conduzido pela Coordenadora Ligia Vendramin, contemplando quatro linhas temáticas prioritárias. Destacou-se a necessidade de apresentação de projetos estruturantes, bem como o cumprimento de requisitos técnicos e legais. Foram debatidas estratégias para ampliação do acesso de povos não contemplados na Fase 1, mantendo-se o rigor técnico na seleção. Deliberou-se, sobre ajuste no orçamento do edital, inicialmente previsto em R$9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais), para R$8.600.000,00 (oito

milhões e seiscentos mil reais), visando complementar o financiamento da formação dos AAI. No período da tarde, foi realizada a leitura, discussão e aprovação do regimento interno da Comissão de Governança Indígena, estabelecendo-se, dentre outros pontos: a realização mínima de duas reuniões ordinárias presenciais por ano; a possibilidade de reuniões extraordinárias; regras de convocação, quórum e deliberação; e responsabilidades dos membros. Foram estabelecidas sanções em caso de ausência injustificada, incluindo substituição de membros. Definiu-se, ainda, a Ouvidoria da SEMA-MT como canal oficial para manifestações. No quarto dia, foram realizadas apresentações institucionais da SETASC - Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania; SEAF - Secretaria de Estado Agricultura Familiar - MT e CMCR+/SEMA - Coordenação de Mudança Climática e REDD+ da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso e , abordando políticas públicas, programas produtivos e estratégias ambientais, com destaque para a necessidade de ampliação da participação indígena. Na etapa final, foram definidos os encaminhamentos e próximos passos. Reafirmou-se a realização de duas reuniões presenciais anuais, com indicativo da próxima reunião para o final do mês de novembro. As reuniões virtuais ocorrerão conforme necessidade, com previsão inicial para o mês de junho. Foi registrada a necessidade de aprimoramento da comunicação e mobilização, bem como desafios relacionados à conectividade. A juventude indígena apresentou proposta de organização e solicitou apoio financeiro para evento previsto para julho, tendo a Comissão deliberado favoravelmente, de forma preliminar, condicionada à formalização e análise técnica. Por fim, foram aprovados os encaminhamentos sistematizados em sequência para uma melhor compreensão e clareza: a) institucionalização de um boletim informativo pós-reunião, a ser elaborado e divulgado no prazo máximo de cinco dias úteis, contendo síntese dos principais encaminhamentos e decisões; b) fortalecimento da organização TAKINÁ, sendo encaminhada a elaboração de termo de referência específico para viabilizar a execução das ações; c) realização de reunião específica para ajustes e posterior tramitação institucional para operacionalização do Curso para os AAIs; d) articulação interinstitucional para complementação de recursos para capacitação de brigadas; e) ajuste no orçamento do edital, inicialmente previsto em R$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais), para R$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais), visando complementar o financiamento da formação dos AAIs; f) mudanças no Regimento interno com novas regras para funcionamento da Comissão de Governança; g) próxima reunião para o final do mês de novembro. Também foi reforçada a importância da articulação institucional e do fortalecimento das organizações indígenas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h00 horas do dia vinte de março de dois mil e vinte e seis, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

**ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA**

**SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS – PROGRAMA REM MT**

**Assinaturas:**

---

Coordenação e Presidência da Reunião

---

Secretaria Executiva

# Programa REM MT Fase II

## Relatório da 17ª Reunião da Comissão de Governança do Subprograma Territórios







Maio, 2026

REM MATO GROSSO | cooperação alemã DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio de: KFW | UK Government | FAS | SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente | Governo de Mato Grosso

# Programa REM MT Fase II

## Relatório da 17ª Reunião da Comissão de Governança do Subprograma Territórios

### UNIDADE DE PROGRAMAS E PROJETOS INTERNACIONAIS – UPPI

**Coordenadora Geral do Programa REM MT**
Ligia Nara Vendramin (SEMA-MT)

**Assessora de Controle Administrativo**
Josana Guedes

**Assessora técnica de Comunicação, design de conteúdo**
Fernanda Fidelis

**Assessora técnica de Comunicação, jornalismo**
Priscila Soares Bianchini

### SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS – TI

**Assessora Sênior**
Maria Paula Vanucci

**Assessora Pleno**
Myllena Contragiani

**Analista da Sema**
Camila Russani Silva

### ARIPUÁ CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL

**Diretora Executiva**
Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros

**Projeto Gráfico e diagramação**
Laura Medeiros Cavalcanti

**Consultora Nacional Sênior**
Maria de Fátima Ferreira da Silva

### COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA (2025-2027)

**Presidente da Comissão de Governança Indígena**
Lígia Nara Vendramin
**Subprograma de Territórios Indígenas**
Lígia Nara Vendramin - Titular
Maria Paula de Freitas Vanucci – Suplente

**Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (CRMC)**
Suely Costa Campos - Titular
Luiz Francisco Tegon de Pinho – Suplente

**Fundação Nacional do Índio – FUNAI**
Carolina Delgado de Carvalho – Titular
Sebastião Martins – Suplente - Titular
Francisco Abel Lemos Alves - Suplente
Rodrigo Coimbra Egufo – Suplente

**Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis - IBAMA**
Mauro Vieira Baldini – Titular
Livia Xavier Duarte – Suplente

**Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso - SETASC**
Paulo Rogerio – Titular
Klebson Gomes Haagsma – Suplente

**Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT**
Eliane Rodrigues de Lima - – Titular
Silvano Chue Muquissai – Suplente

**TAKINA**
Alexandra Mendes Leite - Titular
Cristiane Mendes – Suplente

### REGIONAIS

**Regional Cerrado Pantanal**
Eloenia Leandro Ararua - Titular
Estevão Bororo Taukane – Titular
Iranildes Rodrigues Mandicai - Suplente
Luiz Wagner Ariabo Quezo - Suplente

**Regional Médio Araguaia**
Claudio Werekina Karaja - Titular
Cleidson Ima Arawyi Tapirapé - Titular
Eliana Ferreira Karajá Martins - Suplente
Rosiania dos Santos Tavares – Suplente

**Regional Noroeste**
Alexandre Xiwekalikit Zoró - Titular
Odailson Akay Saw Munduruku - Titular
Jaime Zehamy Rikbaktsa - Suplente
Neiriane Rikbatsa – Suplente

**Regional Norte Kaiapó**
Aria Kumalu Trumai - Titular
Eliel Jorge Rondon - Titular
Osmarina Morimã - Suplente
Pysy Panara - Suplente

**Regional Vale do Guaporé**
Jailton Ronaldo Iranxe - Titular
Sebastião Mendes de Arruda - Titular
Jaqueline Nambikuara Halotesu - Suplente
Maria Izabel Rup - Suplente

**Regional Xavante**
Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey wa - Titular
Maria Rufina Tsinhotse'edzama Tsereptse - Titular
Lígia Pedzaiwe Tsi'ruipi - Suplente
Lucio Wa ane Terowa - Suplente

**Regional Xingu**
Ianukulá Kaiabi Suia - - Titular
Tapi Yawalapiti - Titular
Gaibetitanica Suia - Suplente
Yakuwipu Waurá - Suplente

# Lista de siglas

| Sigla | Descrição |
|---|---|
| **AAI** | Agentes Ambientais Indígenas |
| **BEA** | Batalhão de Emergências Ambientais |
| **CGI** | Comissão de Governança Indígena |
| **CLPI** | Consulta Livre, Prévia e Informada |
| **CMCR+** | Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+ |
| **FEPOIMT** | Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso |
| **FUNAI** | Fundação Nacional dos Povos Indígenas |
| **FAS** | Fundação Amazônia Sustentável |
| **KfW** | Banco de Desenvolvimento Alemão |
| **MT** | Mato Grosso |
| **REM** | REDD Early Movers |
| **SEAF** | Secretaria de Estado de Agricultura Familiar |
| **SEMA-MT** | Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso |
| **SETASC** | Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania |
| **TAKINÁ** | Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso |
| **TI** | Territórios Indígenas |
| **UNEMAT** | Universidade do Estado de Mato Grosso |
| **UPPI** | Unidade de Programas e Projetos Internacionais |

# Lista de Figuras

Figura 1 - Abertura da 17ª Reunião da Comissão de Governança Indígena ..... 7
Figura 2 - Informes sobre os avanços do REM MT Fase II ..... 8
Figura 3 - Apresentação dos participantes e suas expectativas da reunião ..... 9
Figura 4 -Condução dos acordos de convivência e programação pela moderação ..... 10
Figura 5 – Votação das Atas das reuniões anteriores ..... 11
Figura 6 – Apresentação da estratégia de comunicação pela equipe do REM MT ..... 11
Figura 7 – Apresentação dos resultados e aprendizados por Myllena Contragiani ..... 14
Figura 8 – Descrição do fluxo metodológico da avaliação da primeira fase ..... 16
Figura 9 – Encerramento do primeiro dia de atividades da reunião da CGI ..... 17
Figura 10 - Atividade cultural na abertura do segundo dia. ..... 18
Figura 12 - Contribuições ao Eixo 1 - Fortalecimento do Movimento Indígena ..... 19
Figura 13 - Contribuições ao Eixo 2 - Deliberação e Governança ..... 20
Figura 14 - Contribuições ao Eixo 3 - Fortalecimento da gestão territorial e ambiental dos povos indígenas ..... 20
Figura 15 - Exposição da Professora Rosane da UNEMAT sobre a proposta de Formação dos AAIs ..... 23
Figura 16 - Exposição do Tenente Coronel Souza, do BEAMAT sobre o Projeto Aldeias Verdes ..... 27
Figura 17 - Apresentação do Edital de Chamamento Público do Subprograma Territórios Indígenas por Ligia Vendramin e equipe ..... 31
Figura 18 – Posse dos novos membros da CGI ..... 32
Figura 19 – Apresentação dos Temas de Interesse pelas Instituições SETASC, SEAF e CMCR+/SEMA ..... 36
Figura 20 – Apresentação da proposta de Evento da Juventude Indígena ..... 38
Figura 21 – Encerramento com participação dos membros da 17ª Reunião de Comissão de Governança Indígena ..... 39

# Sumário


**Resumo Executivo ..... 5**

**1 Atividades do Primeiro dia – 17.03.2026 ..... 6**

1.1 Abertura ..... 6

1.2 Momento atual do Programa REM MT Fase II ..... 7

1.3 Apresentação e expectativas dos participantes ..... 8

1.4 Objetivos, programação e acordos ..... 9

1.5 Leitura e deliberação das Atas anteriores da CGI ..... 10

1.6 Estratégia de Comunicação ..... 11

1.7 Resultados e Aprendizados do Subprograma Territórios Indígenas Fase I ..... 12

1.8 Avaliação da primeira fase ..... 15

**2 Atividades do Segundo Dia – 18.03.2026 ..... 18**

2.1 Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas ..... 18

2.2 Proposta de Formação de Agentes Ambientais Indígenas ..... 21

2.3 Debate da Formação de Agentes Ambientais Indígenas ..... 25

2.4 Projeto Aldeias Verdes - Batalhão de Emergências Ambientais ..... 26

**3 Atividades do Terceiro Dia – 19.03.2026 ..... 28**

3.1 Edital de Projetos Indígenas ..... 28

3.2 Posse dos membros da Comissão de Governança Indígena ..... 31

3.3 Leitura e aprovação do Regimento Interno da Comissão de Governança Indígena ..... 32

**4 Atividades do Quarto Dia – 20.03.2026 ..... 33**

4.1 Temas de Interesse - SETASC ..... 34

4.2 Temas de Interesse - MT Produtivo ..... 35

4.3 Temas de Interesse - Programa Jurisdicional de REDD+ ..... 36

4.4 Encaminhamentos e próximos passos ..... 37

4.5 Encerramento ..... 39

**Anexos ..... 40**

# Resumo Executivo

Entre os dias 17 e 20 de março de 2026, foi realizada a 17ª Reunião da Comissão de Governança Indígena com o objetivo de definir as estratégias da Fase II do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM MT. Participaram representantes de lideranças indígenas das regionais Xingu, Norte, Cerrado/Pantanal, Médio Araguaia, Noroeste, Vale do Guaporé e Xavante, além de lideranças da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e da Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso (TAKINÁ). Também estiveram presentes instituições públicas integrantes da Comissão, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

A Comissão de Governança Indígena (CGI) apresentou contribuições aos três eixos estruturantes do Subprograma Territórios Indígenas: (i) Fortalecimento do Movimento Indígena; (ii) Deliberação e Governança; e (iii) Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas.

O encontro teve como principais deliberações a aprovação da minuta do edital para o chamamento de projetos da segunda fase e a validação da proposta de curso superior tecnólogo em Gestão Ambiental, voltado à formação de Agentes Ambientais Indígenas (AAI), em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A proposta de formação de AAI aprovada, em parceria com a UNEMAT, será de curso superior de tecnólogo em Gestão Ambiental, com duração prevista para dois anos, estruturada nas modalidades presencial e não presencial, estando incluídas etapas intensivas, realizadas no campus de Luciara e etapas intermediárias que ocorrerão nas aldeias, com oferta l de 30 vagas. A iniciativa discutida visa fortalecer a gestão territorial e ambiental nos territórios indígenas e contribuir para a autonomia desses povos, com a articulação dos conhecimentos tradicionais e formação técnica.

Com um investimento aproximado de R$8,6 milhões, o edital da Fase II contempla linhas temáticas prioritárias, critérios de elegibilidade e etapas de seleção. Ressalta-se que foram apresentadas informações gerais do edital, em observância ao princípio da isonomia, conforme previsto no art. 5º da Constituição Federal, garantindo igualdade de acesso e transparência no processo. Também foram discutidos mecanismos de apoio às organizações indígenas, incluindo ações de mentoria e capacitação e para elaboração de propostas de projetos, com o objetivo de ampliar o acesso aos recursos.

Deliberou-se, ainda, sobre a destinação de recursos para iniciativas estratégicas, com ênfase no fortalecimento institucional das organizações indígenas. Além disso, foi debatida a integração de ações voltadas ao manejo integrado do fogo, com a participação do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), visando ampliar a atuação preventiva e o enfrentamento de incêndios em territórios indígenas.

Ao final, foram apresentadas as políticas e programas em andamento para povos indígenas da Secretaria de Estado de Assistência Social (SETASC) e da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) com o Programa MT Produtivo, além de informações sobre o desenvolvimento do Programa Jurisdicional de REDD+ pela Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+ (CMCR+) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT).

# 1 Atividades do Primeiro dia – 17.03.2026

## 1.1 Abertura

A moderação, após o acolhimento dos participantes, convidou Eliane Xunakalo, Presidente da Federação dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso (FEPOIMT), e Lígia Vendramin, Coordenadora Geral do Programa REM MT, para a abertura.

Nas falas institucionais, Eliane destacou sua recondução à presidência da FEPOIMT, reafirmando o compromisso com a continuidade das ações, o fortalecimento da governança, a importância do diálogo e da construção coletiva. Ressaltou também o prêmio Podalli, realizado com apoio do Programa REM MT. Informou, ainda, sobre as representações da FEPOIMT em diversos eventos, tanto nos territórios de Mato Grosso quanto em outros países, e comentou sobre a participação da Federação no Acampamento Terra Livre 2026, com o tema “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”, a ser realizado entre os dias 5 e 11 de abril.

A Coordenadora do Programa REM MT, Lígia Vendramin, deu boas-vindas a todas as pessoas presentes, parabenizou a FEPOIMT pela renovação dos representantes das regionais e da recondução da Eliane Xunakalo na presidência da FEPOIMT. Enfatizou a importância da participação ativa dos representantes na reunião presencial para uma boa construção das estratégias da segunda fase para que possam obter resultados ainda melhores que os da primeira fase, com a incorporação dos aprendizados e a ampliação da participação das regionais. Informou que o programa conta com um novo gerente de portfólio do KfW, Ingo Baum, e destacou a presença da representante da Fundação

Amazônia Sustentável (FAS), Márcia Moraes, e se colocou à disposição neste processo de construção.




**Figura 1 - Abertura da 17ª Reunião da Comissão de Governança Indígena**

## 1.2 Momento atual do Programa REM MT Fase II

Lígia fez uma breve fala de alinhamento do Programa REM MT, destacando que o sistema de gestão do programa está em processo de reformulação para incluir também o controle financeiro, garantindo maior transparência e segurança na prestação de contas. Destacou que o desenvolvimento tem sido mais complexo do que o previsto, uma vez que o sistema precisa assegurar a rastreabilidade completa dos recursos (solicitações, pagamentos, notas fiscais e entregas). A previsão é que parte do sistema esteja operando até meados de abril, o que deverá facilitar os processos administrativos.

Ressaltou ainda que a execução de atividades menores tem sido mais desafiadora devido à necessidade de controle detalhado das despesas, embora isso não impeça o lançamento dos editais, que envolvem valores maiores e são mais simples de gerenciar. Mencionou também a revisão do manual operacional, fundamental para orientar a aplicação dos recursos, que ainda depende de validação do financiador Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), processo que tem sido mais lento em função de mudanças na equipe e barreiras de comunicação.

Lígia destacou preocupações relacionadas ao ano eleitoral, enfatizando a necessidade de garantir que as ações do programa permaneçam técnicas e apartidárias, estando em consulta jurídica para assegurar conformidade. Por fim, alertou para possíveis impactos de cenários externos, como instabilidades globais, reforçando a importância de manter mecanismos de comunicação e resposta em situações emergenciais.

Como ponto positivo, celebrou o reconhecimento internacional do programa, com a premiação de uma experiência do subprograma de Territórios Indígenas em iniciativa da Universidade de Harvard, que será representada por um membro da equipe.




**Figura 2 - Informes sobre os avanços do REM MT Fase II**

## 1.3 Apresentação e expectativas dos participantes

Como estratégia de fortalecimento da interação entre os membros da Comissão de Governança Indígena (CGI) e levantamento de expectativas, foi adotada uma dinâmica participativa de apresentação cruzada. Nessa metodologia, cada participante ficou responsável por apresentar o membro posicionado ao seu lado esquerdo. Para apoiar a atividade, cada integrante recebeu uma tarjeta (cartão), na qual registrou previamente informações sobre o colega a ser apresentado, incluindo:

- Nome completo;
- Povo/etnia ou instituição de representação;
- Território/região de atuação;
- Outras características relevantes, como área de atuação e experiências;
- Expectativas em relação à participação na comissão

Após o preenchimento das tarjetas, os participantes foram convidados, de forma sequencial, a utilizar o microfone para realizar a apresentação do colega, compartilhando as informações registradas. A dinâmica possibilitou maior atenção à escuta, incentivo à interação entre os membros e valorização das trajetórias individuais.

Essa abordagem contribuiu para a criação de um ambiente mais colaborativo, promovendo o reconhecimento mútuo entre os participantes e facilitando o engajamento nas atividades subsequentes da reunião.

Participaram da CGI um total de 30 participantes entre membros representantes de lideranças indígenas das sete regionais e representantes membros não indígenas de instituições estaduais e do governo federal, convidados, equipe do Programa REM MT

da Unidade de Programas e Projetos Internacionais (UPPI) e da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e convidados (ANEXO 1).




**Figura 3 - Apresentação dos participantes e suas expectativas da reunião**

## 1.4 Objetivos, programação e acordos

A moderadora Magaly apresentou e reforçou os objetivos da 17ª reunião, destacando a finalidade de discutir e validar as estratégias e os procedimentos da segunda fase do Subprograma Territórios Indígenas. Em seguida, realizou a leitura da programação (Anexo 2), que foi submetida à apreciação e validada pelos participantes.

A programação contemplou os seguintes pontos:

- Avaliação e sistematização dos aprendizados da Fase 1;
- Análise e deliberação de atas anteriores;
- Revisão e aprovação do regimento interno; e
- Discussão das estratégias para a Fase 2. Por fim, a moderadora conduziu a validação dos acordos de convivência a serem observados durante os dias de reunião.




**Figura 4 -Condução dos acordos de convivência e programação pela moderação**

## 1.5 Leitura e deliberação das Atas anteriores da CGI

No período da manhã, procedeu-se à leitura e deliberação das atas da 14ª, 15ª e 16ª reuniões da Comissão de Governança Indígena (CGI). A leitura de cada Ata foi realizada integralmente, com abertura para destaques e solicitações de correção pelos membros, sob a condução da moderadora Magaly, com apoio de Myllena.

A ata da **14ª reunião da CGI**, realizada presencialmente entre os dias 05 e 07 de maio de 2025, foi lida na íntegra e aprovada por maioria. Registrou-se que essa reunião teve como objetivo apresentar aos novos membros os resultados da primeira fase e promover o diálogo sobre os desafios e oportunidades da segunda fase do Subprograma Territórios Indígenas (TI). Também foi observado que parte dos encaminhamentos registrados na referida ata não foi executada, em razão de limitações operacionais, especialmente relacionadas à gestão financeira (ANEXO 3).

A ata da **15ª reunião extraordinária** da CGI, realizada em formato virtual no dia 15 de dezembro de 2025, das 11h às 12h, com o objetivo de apresentar os recursos previstos para o Subprograma TI do Programa REM MT foi aprovada por unanimidade (ANEXO 4). Por sua vez, a ata da **16ª reunião da CGI**, realizada em formato virtual no dia 12 de março de 2026, foi aprovada por maioria, com a indicação de revisão de inconsistências pontuais (ANEXO 5).



**Figura 5 – Votação das Atas das reuniões anteriores**

## 1.6 Estratégia de Comunicação

Ainda no período da manhã, a equipe de comunicação apresentou a proposta de estratégia de comunicação do Subprograma Territórios Indígenas (TI) do Programa REM MT, em resposta aos encaminhamentos e diálogos realizados na 14ª reunião, com vistas à segunda fase do programa.

Deliberou-se pela institucionalização de um boletim informativo pós-reunião, a ser divulgado no prazo de até cinco dias, contendo os principais encaminhamentos e decisões. Definiu-se, ainda, que o boletim deverá ser produzido em múltiplos formatos (texto, áudio e vídeo), com o objetivo de ampliar a acessibilidade das informações. Por fim, ficou acordado que a divulgação ocorrerá por meio dos canais oficiais, incluindo grupos de WhatsApp, observando-se a confidencialidade de conteúdos estratégicos.




**Figura 6 – Apresentação da estratégia de comunicação pela equipe do REM MT**

No início da tarde, foi deliberado que a discussão do regimento interno ficaria para o terceiro dia, com o objetivo de garantir maior tempo para leitura e qualificação das contribuições e as discussões estratégicas da Fase 2 para o dia seguinte.

## 1.7 Resultados e Aprendizados do Subprograma Territórios Indígenas Fase I

No período da tarde, a assessora técnica Mylena Contragiani apresentou a síntese dos resultados da Fase I do Subprograma Territórios Indígenas. Inicialmente, destacou que, embora não tenha acompanhado integralmente todas as etapas desde o início, buscou consolidar os principais dados de execução, resultados alcançados, panorama regional dos projetos e lições aprendidas.

A apresentação teve início com a exposição da execução financeira da Fase I, que totalizou aproximadamente R$ 30 milhões, dos quais mais de 70% foram destinados diretamente aos projetos. Do montante restante, 16% foram direcionados ao fortalecimento institucional das organizações indígenas e 8% à governança, sendo ainda considerado um percentual residual proveniente de rendimentos financeiros, redistribuído entre esses três eixos. Ressaltou que os recursos voltados ao fortalecimento institucional tiveram papel estratégico na realização de diversas ações formativas e consultorias, incluindo capacitações em protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI), regularização de organizações indígenas, elaboração e gestão de projetos, além de iniciativas voltadas à comunicação, especialmente com foco em mulheres indígenas, e ações de intercâmbio e formação continuada em gestão territorial e ambiental.

Na sequência, Myllena detalhou os principais instrumentos de execução dos recursos, destacando o Plano Emergencial COVID-19, que mobilizou cerca de R$ 8 milhões. Esse plano foi estruturado em torno das dimensões de segurança e soberania alimentar e saúde comunitária, incluindo também aquisições diretas de insumos essenciais, como medicamentos, equipamentos e cestas básicas. A execução ocorreu por meio de quatro organizações aglutinadoras, que articularam aproximadamente 70 projetos locais, envolvendo 34 organizações indígenas de base nas sete regionais do programa. Foi enfatizado que esse plano não estava previsto originalmente no desenho do subprograma, tendo sido construído coletivamente no âmbito da governança como resposta à crise sanitária, após um processo de deliberação que envolveu desafios operacionais e institucionais.

As falas dos participantes reforçaram a relevância do Plano Emergencial, destacando que, apesar das dificuldades e atrasos iniciais, os recursos foram fundamentais para garantir a permanência das comunidades nos territórios durante a pandemia, fortalecer

a produção de alimentos e viabilizar medidas de proteção sanitária. Foram mencionados exemplos de organização comunitária, como a implementação de barreiras sanitárias e o fortalecimento de sistemas produtivos locais. Também se destacou a solidariedade entre povos durante a distribuição dos recursos, com relatos de lideranças que, espontaneamente, ajustaram a divisão para atender comunidades em situação mais crítica. Ao mesmo tempo, foram apontadas fragilidades, especialmente relacionadas à comunicação e ao tempo de execução, além de limitações na clareza sobre a destinação dos recursos em algumas localidades.

Ainda no âmbito dos projetos, foram apresentadas as chamadas públicas realizadas em 2022, que resultaram na seleção de oito projetos estruturantes, com valores aproximados de R$ 1 milhão cada, e dezenove projetos locais, com valores médios de R$ 200 mil, totalizando cerca de R$ 11,3 milhões. Esses projetos abrangeram diversas linhas temáticas, incluindo fortalecimento sociocultural, gestão territorial, segurança alimentar, geração de renda, equidade de gênero e prevenção a incêndios florestais, envolvendo tanto organizações indígenas quanto indigenistas.

Ao detalhar os resultados por regional, a apresentação evidenciou a diversidade de experiências e contextos. Foram destacados casos bem-sucedidos, como iniciativas de recuperação ambiental com plantio de espécies nativas e revitalização de nascentes, projetos de energia fotovoltaica com capacitação de jovens para manutenção dos sistemas, e ações voltadas ao fortalecimento cultural, como o registro e valorização de práticas tradicionais. Também foram mencionados avanços na estruturação de cadeias produtivas, como a da castanha, e no fortalecimento de organizações locais.

No campo institucional, destacou o fortalecimento da FEPOIMT que evoluiu de nove organizações fundadoras para 57 organizações filiadas, com ampliação prevista. Os recursos investidos contribuíram diretamente para a estruturação administrativa, financeira e estratégica da federação, incluindo a realização de assembleias, participação em eventos, intercâmbios e consolidação de sua sede institucional. Ademais, foi evidenciado o avanço na criação de departamentos temáticos e na organização de instrumentos de planejamento e gestão, refletindo maior capacidade de atuação e autonomia.

Por outro lado, também foram discutidos desafios relevantes. Entre eles, destacaram-se dificuldades na gestão de projetos por parte de algumas organizações, limitações na comunicação entre executores e comunidades, e entraves institucionais externos, como os conflitos com a FUNAI que dificultaram a implementação de treinamentos para brigadas indígenas. Foi mencionado os casos pontuais de baixo desempenho, associados a problemas de planejamento, execução e prestação de contas, incluindo situações de interrupção de projetos e necessidade de devolução de recursos.

Um aspecto crítico apontado foi a desigualdade na participação de organizações indígenas na execução dos recursos em determinadas regionais, evidenciando a necessidade de ampliar o protagonismo indígena nos processos de implementação. Nesse sentido, as lideranças enfatizaram a importância de que as organizações indígenas não apenas participem, mas também assumam a execução direta dos projetos, fortalecendo suas capacidades técnicas e administrativas.

A apresentação trouxe ainda dados consolidados de impacto, indicando que a Fase I beneficiou diretamente mais de 3.000 pessoas indígenas, apoiou 43 povos, fortaleceu 58 organizações de base, viabilizou 62 roças indígenas, apoiou oito cadeias de valor e contribuiu para a formação de 130 brigadistas voluntários. Entretanto, esses números devem ser interpretados como estimativas, em razão das limitações metodológicas na mensuração precisa dos beneficiários.

Ao final, foram destacadas as principais lições aprendidas, entre elas a necessidade de fortalecer continuamente as capacidades de gestão das organizações indígenas, estruturar projetos com maior foco e impacto, reduzir a pulverização de ações, ampliar processos formativos e aprimorar os mecanismos de apoio técnico e administrativo. Também se enfatizou a importância de qualificar a comunicação com as bases e de consolidar estratégias que garantam maior autonomia indígena na execução dos recursos.

Encerrando a apresentação, foi reconhecido que, apesar dos desafios enfrentados, a Fase I do Subprograma Territórios Indígenas produziu avanços significativos, especialmente no fortalecimento institucional e na capacidade organizativa das comunidades, constituindo uma base importante para o aprimoramento e qualificação das ações na Fase II.




**Figura 7 – Apresentação dos resultados e aprendizados por Myllena Contragiani**

## 1.8 Avaliação da primeira fase

Na continuidade das atividades, Magaly Medeiros apresentou a avaliação da Fase I do Subprograma Territórios Indígenas, elaborada a partir de solicitação do KfW, com o objetivo de analisar os resultados alcançados, os impactos gerados nos territórios e a capacidade institucional desenvolvida pelas organizações executoras ao longo da implementação.

Inicialmente, Magaly ressaltou que todos os projetos apoiados pelo subprograma passaram previamente por análise de conformidade relacionada às salvaguardas socioambientais, não havendo registros de descumprimento dessas diretrizes durante a execução da Fase I. Destacou ainda que a avaliação foi construída com caráter orientador e pedagógico, buscando identificar avanços, desafios e aprendizados, sem finalidade punitiva e excludente.

A metodologia utilizada foi estruturada em três dimensões principais: capacidade institucional, resultados da execução e impactos gerados nos territórios e comunidades.

Na dimensão da capacidade institucional, foram avaliados cinco critérios centrais: execução administrativa, gestão financeira, entrega de relatórios, cumprimento de prazos e transparência/comunicação. Segundo Magaly, essa análise permitiu identificar níveis distintos de maturidade organizacional entre as instituições executoras. Observou-se que a maior parte das organizações conseguiu concluir adequadamente seus projetos, ainda que em ritmos e condições diferentes. Alguns projetos apresentaram desempenho considerado excelente, especialmente os estruturantes, demonstrando elevada capacidade de planejamento, organização administrativa e articulação comunitária. Outros apresentaram dificuldades pontuais, mas conseguiram avançar e concluir suas atividades. Houve poucos casos em que as organizações não conseguiram finalizar integralmente a execução prevista, situação associada principalmente a limitações de gestão, dificuldades operacionais e insuficiência de ferramentas administrativas e financeiras.

Em relação aos resultados da execução, Magaly explicou que a avaliação considerou o comparativo entre as metas inicialmente pactuadas no planejamento dos projetos e os resultados efetivamente alcançados. Relembrou que, no início da implementação, as organizações participaram de processos formativos voltados ao uso do sistema GPWeb e à definição de indicadores e metas vinculados aos objetivos do programa. Assim, a análise buscou verificar em que medida os compromissos assumidos foram cumpridos ou superados. Como exemplo, mencionou o caso da FEPOIMT, que ultrapassou significativamente a meta inicialmente prevista de ampliação de organizações filiadas,

evidenciando fortalecimento institucional e crescimento organizativo ao longo da execução.

A terceira dimensão abordou os impactos concretos gerados nos territórios e comunidades indígenas. Nesse aspecto, foram observados os efeitos diretos das ações apoiadas, especialmente em iniciativas relacionadas à segurança alimentar, sistemas agroflorestais, geração de renda, fortalecimento cultural e proteção territorial. Magaly destacou que, em diversos casos, os projetos produziram impactos que ultrapassaram os objetivos inicialmente previstos, promovendo melhorias nas condições de alimentação das famílias, geração de excedentes comercializáveis, fortalecimento das organizações locais e ampliação da autonomia comunitária.

Dentro dessa dimensão, também foram avaliados critérios de sustentabilidade e apropriação comunitária. Sobre sustentabilidade, enfatizou-se a importância de identificar se as ações implementadas possuíam continuidade após o encerramento do apoio financeiro. Foram mencionados exemplos de projetos que permaneceram ativos nos territórios, como iniciativas produtivas, sistemas agroflorestais e estruturas comunitárias que seguem sendo utilizadas e ampliadas pelas próprias comunidades. Já o critério de apropriação comunitária buscou verificar o grau de engajamento das comunidades na continuidade das ações, observando-se situações em que os próprios beneficiários passaram a investir esforços e recursos para expandir os resultados obtidos inicialmente pelos projetos.

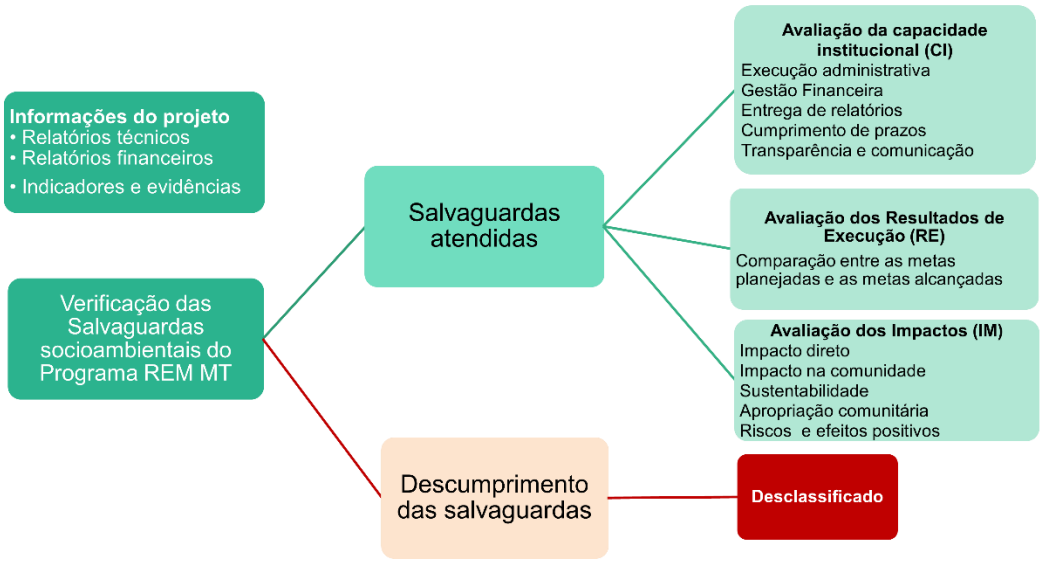



**Figura 8 – Descrição do fluxo metodológico da avaliação da primeira fase**

Ao apresentar os resultados gerais da avaliação, Magaly destacou a predominância de projetos com desempenho elevado, sobretudo entre os projetos estruturantes, além de múltiplas experiências locais consideradas exitosas. Observou-se que os casos com

desempenho mais limitado estavam relacionados principalmente a fragilidades administrativas, dificuldades de planejamento, baixa capacidade operacional e limitações no acesso a ferramentas de gestão. Ressaltou-se, contudo, que mesmo nesses casos houve aprendizados relevantes e avanços institucionais importantes.

Por fim, foi enfatizado que a Fase I demonstrou significativo fortalecimento das organizações indígenas e ampliou a capacidade de execução direta dos povos e comunidades nos territórios, evidenciando avanços tanto na gestão institucional quanto na condução de iniciativas estratégicas voltadas à proteção territorial, soberania alimentar, fortalecimento cultural e geração de renda. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o primeiro dia de atividades.




**Figura 9 – Encerramento do primeiro dia de atividades da reunião da CGI**

# 2 Atividades do Segundo Dia – 18.03.2026

No segundo dia, as atividades foram iniciadas com um momento simbólico conduzido por mulher indígena pajé, cantora e raizeira, cujo propósito foi promover concentração, fortalecimento coletivo e equilíbrio espiritual. Em seguida, procedeu-se à abertura oficial dos trabalhos e à retomada das discussões do dia anterior, destacando-se a análise dos três eixos estruturantes, com foco especial no eixo três, que articula iniciativas relacionadas à gestão territorial, sustentabilidade e desenvolvimento comunitário.



**Figura 10 - Atividade cultural na abertura do segundo dia.**

## 2.1 Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas

Os trabalhos iniciaram com uma **dinâmica de apresentação da Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas** para que os participantes pudessem contribuir com a execução das atividades previstas nos três eixos.

No Eixo 1, destacou-se a ação de fortalecimento da participação das mulheres em espaços de decisão, com previsão orçamentária aproximada de R$ 636 mil. Entre as propostas apresentadas estavam a realização de rodas de diálogo, capacitações em controle social e cursos de *advocacy*. Durante as discussões desse eixo, foi enfatizada a importância do fortalecimento institucional, político e organizativo da TAKINA como

estratégia para ampliar a participação das mulheres indígenas nos espaços de decisão e em seus territórios.




**Figura 11 - Contribuições ao Eixo 1 - Fortalecimento do Movimento Indígena**

Como encaminhamento, foi proposta a destinação de apoio institucional à TAKINA, de forma semelhante ao fortalecimento realizado junto à FEPOIMT, para que a organização pudesse atuar na articulação de coletivos, departamentos e lideranças femininas indígenas. Entre as principais ações sugeridas estavam: i. a realização de rodas de diálogo e encontros de mulheres indígenas; ii. capacitações em políticas públicas, controle social, gestão administrativa e elaboração de projetos; iii. fortalecimento da comunicação indígena protagonizada por mulheres; iv. incentivo à participação da juventude feminina nos processos organizativos; e v. apoio e acompanhamento a pequenas organizações e coletivos de base. Também foi sugerida a construção de parcerias voltadas ao desenvolvimento de metodologias de incubação e fortalecimento de organizações indígenas menores, ampliando o acesso dessas iniciativas a editais e recursos.

O Eixo 2 tratou do fortalecimento da deliberação e da governança indígena no âmbito do Programa REM MT. Seu principal objetivo foi apoiar a participação do movimento indígena na implementação, acompanhamento e controle social das ações do subprograma, garantindo maior protagonismo dos povos indígenas nos processos decisórios. Nesse eixo, estavam previstos recursos destinados à realização das reuniões da Comissão de Governança Indígena, consideradas fundamentais para a discussão, deliberação e monitoramento das ações do programa. Além disso, o eixo contemplou ações voltadas à difusão das deliberações da governança e dos resultados alcançados pelo subprograma.

Entre as principais atividades previstas estavam a realização das reuniões da Comissão de Governança Indígena e a implementação de estratégias de comunicação para divulgação das decisões, encaminhamentos e resultados do programa. Tanto o processo

de realização das reuniões, em formato virtual e presencial, quanto a difusão das informações foram amplamente discutidos, incluindo a definição de mecanismos e ferramentas de comunicação mais acessíveis e efetivas para as organizações e comunidades indígenas.




**Figura 12 - Contribuições ao Eixo 2 - Deliberação e Governança**

Na sequência, foi apresentado o Eixo 3 do Subprograma Territórios Indígenas, voltado ao fortalecimento da gestão territorial e ambiental dos povos indígenas. O objetivo desse eixo foi apoiar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na promoção do bem viver em seus territórios. Esse eixo contemplou cinco ações principais, entre elas o apoio à Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), considerados instrumentos estratégicos para o planejamento, proteção e gestão sustentável dos territórios indígenas, que seriam desenvolvidos por meio de edital de Chamamento Público, bem como a formação de Agentes Ambientais Indígenas (AAIs).




**Figura 13 - Contribuições ao Eixo 3 - Fortalecimento da gestão territorial e ambiental dos povos indígenas**

## 2.2 Proposta de Formação de Agentes Ambientais Indígenas

Paula fez uma breve introdução sobre a proposta de Agentes Ambientais Indígenas - AAI. Esclareceu que foi o resultado de um processo contínuo de reuniões, visitas técnicas a experiências existentes (como a CPI-Acre) e o apoio de uma consultoria do Renato Gavazzi responsável pela elaboração de uma proposta de formação de Agentes Ambientais Indígenas (AAI) que foi apresentada no âmbito da governança do Subprograma Territórios Indígenas. A parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) surgiu diante da necessidade de avançar na consolidação de uma proposta estruturada e viável, considerando que o tema vinha sendo debatido há aproximadamente três anos sem encaminhamento concreto para implementação. A partir dessas discussões, foram realizadas reuniões técnicas com a universidade para avaliar possibilidades institucionais e construir uma proposta alinhada às demandas apresentadas pelas lideranças indígenas e aos estudos já desenvolvidos pela consultoria técnica do programa. O principal desafio identificado foi a estruturação de um processo formativo capaz de embasar uma futura política pública estadual e consolidar a categoria profissional desses agentes. Considerando que a SEMA não possui atribuição para conduzir diretamente essa formação, destacou-se a necessidade de articulação com instituições educacionais, sendo a UNEMAT apontada como parceira estratégica.



A apresentação da proposta foi conduzida pela professora Rosane da UNEMAT. A proposta elaborada pela UNEMAT em parceria com o Programa REM MT (Subprograma Territórios Indígenas), consiste na oferta de um curso superior tecnólogo em Gestão Ambiental, com reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC), estruturado em formato diferenciado e intercultural. O curso foi concebido para atender especificamente os povos indígenas de Mato Grosso, articulando formação acadêmica, prática territorial e valorização dos conhecimentos tradicionais. A construção pedagógica considerou as contribuições anteriormente apresentadas pela governança indígena, especialmente quanto à necessidade de uma formação prática, aplicada e voltada à realidade das comunidades.

O curso terá duração aproximada de dois anos, organizados em quatro etapas intensivas presenciais, realizadas nos meses de janeiro e julho, com duração média de cinco semanas cada. Entre essas etapas, os estudantes irão desenvolver atividades práticas em suas comunidades, aplicando os conhecimentos adquiridos durante a formação. A

proposta prevê carga horária total de 1.720 horas, sendo 1.600 horas de disciplinas e atividades acadêmicas e 120 horas destinadas ao estágio supervisionado.

A UNEMAT indicou o município de Luciara como local de realização do curso, em razão da infraestrutura já existente para cursos em modalidade diferenciada, incluindo alojamentos masculino e feminino, salas de aula, laboratórios e espaços de apoio acadêmico. Segundo a universidade, esse modelo permite a oferta de cursos específicos para públicos determinados, com vestibular direcionado, calendário próprio e contratação diferenciada de docentes, garantindo maior adequação às especificidades socioculturais dos povos indígenas.

A formação terá caráter interdisciplinar e intercultural, reunindo conteúdos voltados à gestão territorial e ambiental indígena. Entre as disciplinas previstas estão: introdução à ecologia; mudanças climáticas; cartografia e geoprocessamento aplicados às terras indígenas; manejo integrado do fogo; sistemas agroflorestais; gestão de recursos hídricos; gestão de resíduos sólidos; direito ambiental aplicado ao contexto indígena; gestão de organizações sociais; economia criativa; informática básica; e leitura e escrita em língua portuguesa. O curso também prevê disciplinas integradoras, projetos de extensão e estágio supervisionado, que poderão ser realizados em associações indígenas, órgãos públicos ou instituições parceiras, como a FUNAI.

Um dos principais diferenciais da proposta é a metodologia baseada em projetos integradores. Cada estudante deverá desenvolver, junto à sua comunidade, um projeto prático relacionado à gestão ambiental e territorial, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Esses projetos serão construídos coletivamente, com participação das aldeias e acompanhamento dos docentes, permitindo que os conhecimentos trabalhados no curso sejam aplicados diretamente nos territórios indígenas.

A universidade destacou ainda que os estudantes matriculados terão acesso a todos os direitos acadêmicos garantidos aos alunos da UNEMAT, incluindo uso de bibliotecas, laboratórios, sistemas institucionais e certificação regular de ensino superior. Além disso, a proposta prevê apoio financeiro para permanência estudantil, incluindo bolsas para todos os participantes, alimentação durante as etapas presenciais, transporte e apoio logístico.

Outro aspecto ressaltado foi a composição do corpo docente, que deverá reunir professores da UNEMAT, especialistas externos e professores indígenas, promovendo o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais. A proposta enfatiza que o objetivo do curso não é substituir as formas tradicionais de organização e liderança das comunidades, mas fortalecer a capacidade técnica e institucional dos povos

indígenas para atuação na gestão territorial, ambiental e na interlocução com políticas públicas e instituições externas.

A estimativa inicial apresentada para implementação do projeto é de aproximadamente R$2,17 milhões, abrangendo bolsas estudantis, contratação de docentes e consultores, alimentação, transporte, materiais pedagógicos e custos operacionais. Além desse valor, foi proposta a criação de um fundo específico para financiamento dos projetos integradores desenvolvidos pelos estudantes nas comunidades, com previsão estimada de até R$50 mil por projeto, totalizando aproximadamente R$1,5 milhão adicionais para uma turma piloto de 30 estudantes.

A proposta foi apresentada como uma iniciativa inovadora no contexto nacional, por se tratar de um curso superior específico para formação de agentes ambientais indígenas com titulação reconhecida pelo MEC, construído em diálogo direto com os povos indígenas e articulado às demandas territoriais e ambientais das comunidades.




**Figura 14 - Exposição da Professora Rosane da UNEMAT sobre a proposta de Formação dos AAIs**

Durante o debate, foi destacado que a proposta de formação surgiu a partir da percepção, construída ao longo das discussões da governança, da ausência de assistência técnica qualificada nos territórios indígenas. Essa lacuna afeta diretamente temas estratégicos para as comunidades, especialmente a segurança alimentar, o acesso à água, o manejo de resíduos sólidos, a gestão ambiental e o fortalecimento das organizações indígenas.

Nesse contexto, ressaltou-se que o curso não se limita à formação acadêmica convencional, mas busca preparar profissionais indígenas capazes de atuar diretamente nas demandas concretas de suas comunidades. A proposta prevê que os estudantes desenvolvam competências para elaboração, gestão e execução de projetos voltados às

necessidades locais, fortalecendo a autonomia comunitária e a capacidade de articulação com políticas públicas e editais de financiamento.

Foi explicado que cada estudante deverá construir, ao longo da formação, um projeto integrador vinculado à realidade de sua comunidade. Esses projetos poderão contemplar iniciativas relacionadas, por exemplo, à segurança hídrica, produção de alimentos, sistemas agroflorestais, manejo ambiental, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos, criação de pequenos animais, entre outras demandas identificadas localmente.

A proposta apresentada prevê, inclusive, a destinação de recursos específicos para execução desses projetos comunitários. A intenção é que os estudantes retornem às aldeias não apenas com a formação técnica, mas também com condições concretas para implementar ações práticas, fortalecendo seu papel como referência técnica e agente multiplicador junto às comunidades.

Também foi destacado que a iniciativa pretende contribuir para a construção de uma política pública estruturante de formação indígena. Caso a experiência apresente resultados positivos, a expectativa é que o modelo possa subsidiar futuras políticas estaduais e federais voltadas à formação técnica e ambiental de jovens indígenas.

Ao longo da discussão, os participantes reforçaram que a definição do perfil dos estudantes será uma etapa estratégica. Entre os critérios já apontados estão a exigência de ensino médio completo, o vínculo com as comunidades e a validação comunitária das candidaturas. Também foi defendida a construção de critérios de distribuição regional das vagas, garantindo representatividade entre os diferentes povos e regiões indígenas de Mato Grosso.

A discussão também abordou a importância de assegurar mecanismos de permanência estudantil. Foram levantadas preocupações relacionadas à logística de deslocamento até Luciara, alimentação, bolsas de apoio e condições adequadas para que os estudantes consigam permanecer no curso sem comprometer suas responsabilidades familiares e comunitárias.

Outro ponto amplamente debatido foi a necessidade de valorização dos profissionais indígenas já formados. Representantes da governança defenderam como prioridade a participação de professores indígenas na composição do corpo docente e nas atividades de monitoria e acompanhamento pedagógico, fortalecendo o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais.

Representantes indígenas destacaram ainda que a formação deve considerar as especificidades territoriais de cada povo. Enquanto algumas regiões possuem demandas mais relacionadas à produção sustentável e segurança alimentar, outras priorizam ações de vigilância territorial, monitoramento ambiental, etnomapeamento, manejo do fogo e proteção dos territórios indígenas. Nesse sentido, também foi ressaltada a importância de incorporar, de forma transversal, temas relacionados à sustentabilidade, territorialidade e governança indígena, alinhando a proposta formativa aos princípios da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Ao final das discussões, houve consenso quanto à relevância e ao caráter inovador da proposta, considerada estratégica para o fortalecimento da gestão territorial e ambiental indígena no estado de Mato Grosso. Entretanto, os participantes ressaltaram a necessidade de aprofundar o debate sobre critérios de seleção, distribuição de vagas, valores de bolsas, logística, execução dos projetos integradores e detalhamento orçamentário, de modo a garantir transparência, equidade e segurança institucional na implementação da iniciativa.

## 2.3 Debate da Formação de Agentes Ambientais Indígenas

Na retomada da reunião, os participantes confirmaram consenso para dar continuidade ao projeto do curso de formação de Agentes Ambientais Indígenas em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Foi reforçada a necessidade de finalizar o projeto até meados de abril para cumprir os trâmites institucionais junto à universidade, ao conselho interno e ao MEC, garantindo abertura das inscrições em outubro e início das aulas em janeiro.



Em seguida, discutiu-se o perfil dos candidatos ao curso. Entre os critérios aprovados estão: residência fixa na aldeia, atuação comunitária, bom relacionamento com a comunidade, compromisso com a gestão territorial e ambiental, valorização da cultura tradicional, disponibilidade para as atividades e ensino médio completo. Também foi sugerido que as lideranças comunitárias emitam uma carta de anuência ou declaração apoiando a candidatura dos participantes.

Outro ponto central foi a distribuição das 30 vagas do curso. A proposta encaminhada definiu quatro vagas para cada uma das sete regionais, totalizando 28 vagas, com garantia de paridade de gênero (50% mulheres e 50% homens). As duas vagas restantes seriam destinadas aos mais bem colocados no processo seletivo, mantendo também o equilíbrio de gênero. Ficou acordado ainda que os candidatos disputarão as vagas dentro de suas próprias regionais.

Os participantes também debateram a importância dos projetos integradores desenvolvidos pelos alunos durante o curso. A proposta prevê apoio financeiro, utilizando recursos do Programa REM, para que cada estudante possa executar ações práticas em sua comunidade, como recuperação ambiental, monitoramento territorial ou manejo sustentável, sob orientação dos professores da universidade.

Por fim, discutiu-se a questão das bolsas estudantis e dos custos de permanência dos alunos. Embora o valor siga a tabela da universidade, foi sugerido buscar futuras parcerias institucionais para ampliar os apoios financeiros, considerando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas, especialmente aqueles com família e filhos. A reunião foi encerrada com avaliação positiva dos encaminhamentos e expectativa de continuidade do processo de construção do curso.

## 2.4 Projeto Aldeias Verdes - Batalhão de Emergências Ambientais

O **Projeto Aldeias Verdes**, voltada ao tema dos incêndios florestais, manejo integrado do fogo e estratégias de prevenção e combate em territórios indígenas, apresentado pelo Tenente-Coronel Souza, do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA) com aporte de cerca de R$600 mil, foi complementado por recursos do subprograma de fortalecimento institucional. O representante do BEA explicou como funciona a estrutura de formação de brigadistas, os equipamentos necessários e os custos envolvidos para garantir uma atuação adequada nas aldeias e regiões afetadas pelos incêndios. Segundo informações compartilhadas pelo tenente-coronel Sousa durante a apresentação, cada unidade de formação de brigadistas possui um custo médio de aproximadamente R$ 70 mil, valor destinado principalmente à aquisição de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), materiais de apoio e estrutura operacional básica para atuação em campo.

Reconheceu-se que os recursos ainda são insuficientes diante dos desafios, sendo encaminhada a necessidade de maior articulação com a FUNAI e outras instituições para complementar esforços, incluindo aquisição de equipamentos, EPIs e ações de manejo integrado do fogo.

A atividade foi considerada extremamente proveitosa pelos participantes, principalmente por trazer esclarecimentos técnicos e informações práticas sobre a atuação das brigadas e os desafios enfrentados durante os períodos críticos de queimadas no estado. Durante a discussão, foi destacado que o tema do fogo está diretamente relacionado à proposta do Projeto Aldeia Verde e às preocupações ambientais das comunidades indígenas. Nesse contexto, foi apresentada uma sugestão à Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso e à presidência da entidade, representada por Eliane, para que o Programa REM MT avalie a possibilidade de criar uma espécie de reserva técnica de recursos destinada ao apoio emergencial em situações críticas de incêndios florestais. A proposta seria que, em casos de incêndios de grande proporção — classificados como nível 3 —, o programa pudesse atuar como apoio complementar na aquisição de insumos e equipamentos necessários para o combate ao fogo, especialmente quando os órgãos responsáveis não tiverem recursos suficientes ou resposta imediata para atender as demandas das comunidades.

A partir disso, foi reforçada a importância de se pensar estratégias integradas entre instituições, organizações indígenas e o Programa REM MT, de forma a fortalecer a capacidade de resposta das comunidades diante dos incêndios florestais, que hoje representam uma das maiores preocupações ambientais para grande parte dos povos indígenas do estado de Mato Grosso.




**Figura 15 - Exposição do Tenente Coronel Souza, do BEAMAT sobre o Projeto Aldeias Verdes**

A avaliação dos participantes foi de que a discussão trouxe avanços importantes, ampliando o entendimento sobre prevenção, combate ao fogo e possibilidades de cooperação institucional para proteção dos territórios indígenas. Nesse contexto, destacou-se a necessidade de fortalecimento das ações preventivas e emergenciais, incluindo a formação de brigadistas e a possibilidade de criação de uma reserva técnica de recursos para situações críticas, evidenciando a relevância do tema para os territórios indígenas.

# 3 Atividades do Terceiro Dia – 19.03.2026

O terceiro dia da reunião teve como objetivo central dar continuidade às discussões iniciadas do terceiro eixo temático, com ênfase na consolidação das diretrizes para a elaboração de um edital de chamada de projetos.

## 3.1 Edital de Projetos Indígenas

A Coordenadora do Programa REM MT Lígia Vendramin foi convidada a realizar uma breve contextualização sobre a proposta do edital de chamada de projetos do Programa REM MT. Inicialmente, destacou que a elaboração do edital está sendo acompanhada pela equipe técnica e jurídica, garantindo que todas as propostas estejam adequadas às normas legais e administrativas. Lígia explicou que o edital consiste em um chamamento público para apresentação de projetos e ressaltou que a gestão de projetos demanda elevado nível de responsabilidade técnica e administrativa, independentemente do valor financeiro envolvido. Foi enfatizado que erros na documentação, prestação de contas ou execução poderiam gerar pendências e prejuízos às associações proponentes.

Por fim, destacou que a proposta foi discutida na 16ª Reunião da Governança Indígena, com aprovação em ata, restando apenas alguns pontos pendentes para aprofundamento e definição coletiva, e que o edital não pôde ser compartilhado integralmente porque configura acesso privilegiado antes da publicação oficial.

Informou que o edital tem como objetivo apoiar iniciativas que promovam a floresta em pé; o bem viver dos povos indígenas; o fortalecimento territorial; a sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades. As propostas deverão estar conectadas a ações estruturantes e de continuidade, evitando projetos pontuais ou apenas de aquisição de equipamentos. Reforçou a ideia de “estratégia de saída”, conceito solicitado pelo KfW, que significa apoiar iniciativas capazes de continuar funcionando mesmo após o encerramento do financiamento. Nesse contexto, citou o exemplo de uma comunidade que desejava construir uma farinheira. Durante o planejamento, percebeu-se que não bastava construir a estrutura física: era necessário garantir plantio de mandioca, organização da produção, responsáveis pela colheita e funcionamento contínuo da atividade. Assim, o foco do edital será apoiar projetos sustentáveis e organizados, e não apenas compras ou obras isoladas.

O edital foi organizado em quatro grandes linhas temáticas, que podem ser trabalhadas isoladamente ou de forma integrada:

i. **Sustentabilidade e meio ambiente,** inclui ações como: recuperação de áreas degradadas; viveiros; gestão de resíduos; proteção de nascentes; abastecimento de água; restauração ambiental; recuperação de espécies utilizadas culturalmente pelas comunidades.

ii. **Produção e coleta para segurança alimentar,** abrange iniciativas relacionadas à: quintais produtivos; sistemas agroflorestais (SAFs); extrativismo; produção de alimentos; fortalecimento da soberania alimentar; coleta de produtos tradicionais. Foi ressaltado que essas ações também podem gerar excedentes para comercialização e geração de renda.

iii. **Geração de trabalho, renda e comercialização,** inclui: fortalecimento de cadeias produtivas; agroindústrias; artesanato; processamento de alimentos; comercialização; criação de embalagens; acesso a mercados e e-commerce. Foram citados exemplos como castanha, mel, pequi, pimenta, colorau e artesanato indígena.

iv. **Equidade de gênero e fortalecimento das mulheres,** prevê: formação; qualificação profissional; fortalecimento de grupos produtivos femininos; autonomia econômica; aperfeiçoamento de técnicas de costura e artesanato; organização coletiva das mulheres. Também foi incentivada a participação feminina nas diretorias das associações.

Os projetos deverão ter valor mínimo de R$300 mil e valor máximo estimado em R$700 mil, com duração entre 18 e 30 meses. O objetivo é apoiar ações robustas e estruturantes, e não pequenos projetos pontuais, mas se muitos projetos forem apresentados no valor mínimo, será possível aprovar uma quantidade maior de iniciativas. Caso predominem projetos próximos ao teto máximo, o número de aprovados será menor.

Poderão participar associações indígenas; cooperativas; organizações indígenas e indigenistas. As organizações precisarão possuir CNPJ ativo há pelo menos dois anos; estar regularizadas fiscalmente; apresentar carta de anuência da comunidade; não possuir pendências graves em projetos anteriores.

Não poderão participar MEIs; instituições públicas; universidades; organizações religiosas; entidades partidárias ou sindicais; organizações ligadas ao Sistema S; instituições que descumpriram salvaguardas na primeira fase. Também foram incluídos critérios relacionados à integridade dos dirigentes, impedindo participação de organizações com representantes envolvidos em violência contra mulheres; corrupção; infrações civis ou penais graves.

Os projetos passarão por análise documental; avaliação técnica; classificação por nota. A avaliação será feita por especialistas externos, e não apenas pela equipe do REM MT

Os critérios consideram o impacto territorial; qualidade técnica; alinhamento comunitário; sustentabilidade da proposta; participação feminina; capacidade de continuidade.

Foi definido que haverá garantia inicial de um projeto por regional; projetos voltados às mulheres terão pontuação diferenciada; organizações indígenas receberão prioridade na pontuação.

Também foi debatida a possibilidade de conceder pontuação extra para povos que ainda não acessaram recursos na primeira fase do programa. Ao mesmo tempo, foi alertado que essa prioridade não pode comprometer a qualidade técnica dos projetos. A preocupação apresentada foi evitar aprovações dos projetos apenas por representatividade, sem viabilidade prática.

Ao longo da discussão, diversas lideranças ressaltaram as dificuldades enfrentadas pelas associações indígenas na elaboração e gestão de projetos, especialmente devido à limitada capacidade técnica e administrativa de muitas organizações de base. Ligia, informou que uma das principais novidades desta fase será a criação de um núcleo de apoio técnico para orientar a execução dos projetos; auxiliar na prestação de contas; apoiar compras e orçamentos; acompanhar a gestão financeira; oferecer suporte técnico especializado. Também haverá capacitação obrigatória para as organizações selecionadas antes da assinatura dos contratos. Foi reforçado que a gestão de projetos é uma atividade técnica e profissional, exigindo organização administrativa e conhecimento específico.

O edital possui previsão inicial de R$9,3 milhões para os projetos; R$1,5 milhão reservado aos Agentes Ambientais Indígenas (AAFs); R$600 mil destinados às ações de incêndios florestais (BEA).

Durante a reunião, surgiu a necessidade de complementar em R$700 mil o orçamento do curso de formação dos Agentes Ambientais Indígenas, porque o custo total estimado do curso chegou a aproximadamente R$2,1 milhões. Diante disso, foi apresentada a proposta de retirar R$700 mil do valor previsto para o edital, reduzindo o montante disponível para projetos de R$9,3 milhões para R$8,6 milhões. A justificativa foi que o curso dos AAIs poderia beneficiar mais povos e regionais, além de fortalecer futuramente a assistência técnica indígena no estado.

Também foi explicado que existe uma previsão futura de aproximadamente R$1,174 milhão referente ao segundo desembolso do programa, valor que ainda depende de

liberação do financiador internacional KfW. Esse recurso futuro poderá apoiar os chamados “projetos integradores” dos alunos do curso dos AAFs, permitindo que os participantes desenvolvam ações práticas em suas aldeias durante a formação.

Ao final da discussão, ficaram encaminhados:

- manutenção das quatro linhas temáticas do edital;
- priorização de projetos estruturantes;
- fortalecimento do apoio técnico às associações;
- possibilidade de pontuação extra para povos ainda não contemplados;
- valorização das organizações indígenas;
- continuidade da discussão sobre a redistribuição dos recursos para os AAFs;
- preparação de materiais de divulgação, lives e tutoriais para orientar as comunidades sobre o edital.




**Figura 16 - Apresentação do Edital de Chamamento Público do Subprograma Territórios Indígenas por Ligia Vendramin e equipe**

## 3.2 Posse dos membros da Comissão de Governança Indígena

No início da tarde, foi realizada a cerimônia de posse dos novos membros da governança indígena. Os novos membros foram convidados à frente, juntamente com a coordenadora-geral do Programa REM MT, Lígia Vendramin, para a condução da cerimônia. Foram empossados os representantes da FUNAI, Sebastião Martins e Francisco Abel; Liderança Odailson Munduruku; Graciela Maria representante da SETASC; e Jelren Coraline, representante suplente da SESAI.

Durante a posse, Lígia agradeceu a disponibilidade e o compromisso dos novos integrantes em participar da governança, ressaltando a importância estratégica do espaço de discussão e construção coletiva para a atuação nos territórios indígenas. Destacou ainda que as decisões tomadas pela governança refletem diretamente nas ações e esperanças construídas junto às comunidades indígenas. Como símbolo desse compromisso, foi entregue aos novos membros uma medalha preparada pela equipe do Programa Territórios Indígenas, ainda durante a gestão anterior. A coordenadora enfatizou que o objeto representava o vínculo e a responsabilidade assumidos pelos integrantes com os trabalhos da governança, reforçando a importância da participação ativa nas leituras, análises e deliberações dos documentos e pautas encaminhadas.

Após a entrega das homenagens, foi aberto espaço para manifestações dos empossados. Em nome dos novos membros, Jelren Coraline agradeceu a confiança depositada pela coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena e ressaltou a importância do espaço como ambiente de protagonismo indígena, diálogo e aprendizado coletivo. Também destacou seu compromisso em contribuir e somar esforços nas ações desenvolvidas pela governança indígena.



**Figura 17 – Posse dos novos membros da CGI**

Ao final, os participantes foram parabenizados pela posse e pela disposição em contribuir com o fortalecimento da governança e das políticas voltadas aos territórios indígenas.

## 3.3 Leitura e aprovação do Regimento Interno da Comissão de Governança Indígena

Ainda na parte da tarde, a programação seguiu com a leitura, discussão e deliberação sobre o regimento interno da governança. A proposta foi realizar a leitura coletiva do documento, abrir espaço para destaques, contribuições dos participantes e encaminhar sua aprovação, em consenso entre os membros presentes.

A leitura e destaques do regimento interno da Comissão de Governança Indígena, teve foco na definição da periodicidade das reuniões, modalidades (presencial e virtual),

regras de funcionamento e responsabilidades dos membros (ANEXO 6). Foi retomado o debate acerca da frequência das reuniões ordinárias.

Após deliberação e votação, ficou aprovado que a Comissão de Governança deverá se reunir ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano, de forma presencial, sendo este o formato prioritário. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas a qualquer tempo pela coordenação do subprograma ou por qualquer membro, preferencialmente no formato virtual. Foi destacado que, devido à limitação orçamentária (aproximadamente R$800.000 disponíveis), a realização das reuniões presenciais implicará restrições na implementação de estrutura para reuniões virtuais (como aquisição de equipamentos e internet). Ainda assim, os membros sugeriram estratégias para redução de custos, incluindo escolha de locais mais acessíveis, parcerias institucionais e otimização de recursos logísticos.

Na sequência, foram aprovadas normas operacionais, incluindo, convocação das reuniões presenciais com antecedência mínima de 30 dias; Envio prévio da pauta e documentos com antecedência mínima de 10 dias; Definição de quórum mínimo de 9 membros com direito a voto para deliberações; Aprovação de decisões por maioria simples dos presentes. Também foram estabelecidas regras quanto à responsabilidade dos membros, especialmente em casos de ausência. O membro que não comparecer deverá devolver os recursos recebidos ou arcar com os custos da reunião subsequente; O não cumprimento implicará desligamento automático da comissão, com substituição pelo suplente e comunicação à respectiva regional para indicação de novo representante; Membros que faltarem a duas reuniões consecutivas sem justificativa também serão substituídos. Foram ainda aprovadas disposições sobre: Participação de membros via videoconferência, garantindo confidencialidade; Impedimento de participação em decisões em caso de conflito de interesse; Possibilidade de convite a especialistas; Registro formal das decisões em atas; Competências da Comissão, incluindo definição de diretrizes, acompanhamento da execução do programa e avaliação de resultados. Ficou estabelecido que a Ouvidoria da SEMA-MT será o canal oficial para denúncias, reclamações e elogios relacionados à governança, reforçando a transparência do processo. Por fim, foi aprovado o regimento interno com os ajustes realizados durante a reunião, ficando acordado que o documento será divulgado nos canais oficiais após sua formalização.

# 4 Atividades do Quarto Dia – 20.03.2026

O quarto dia foi iniciado com apresentações institucionais da Secretaria de Estado de Assistência Social - SETASC, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SEAF e

Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+ da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - CMCR+/SEMA.

## 4.1 Temas de Interesse - SETASC

A apresentação de SETASC foi realizada por Graciela Maria, membro da governança indígena que informou a estrutura da Secretaria e suas principais políticas, com destaque para o Programa Ser Família Indígena, voltado ao enfrentamento da insegurança alimentar por meio de benefício financeiro, além de ações de assistência social, qualificação profissional e atendimentos via CRAS e CREAS (ANEXO 7). Também foram apontados desafios como limitações institucionais, necessidade de atendimento culturalmente adequado e ampliação do acesso das comunidades indígenas às políticas públicas.

Foi apresentada uma contextualização sobre a estrutura e o funcionamento da CETASC, destacando as secretarias adjuntas responsáveis pelas políticas de cidadania, assistência social, programas e projetos, direitos humanos e a Superintendência Indígena. Explicou-se que a política de assistência social é executada nos municípios por meio dos CRAS e CREAS, com foco em prevenção, fortalecimento de vínculos familiares e atendimento a situações de violação de direitos, incluindo o público indígena como prioridade.

Também foi detalhado o funcionamento do Programa Ser Família Indígena, voltado ao combate à insegurança alimentar por meio de um cartão alimentação no valor de R$ 150,00 mensais. O programa busca ampliar o acesso das comunidades indígenas às políticas públicas, promovendo ações integradas entre assistência social, saúde, educação e qualificação profissional. Foi ressaltado que o atendimento direto e a inclusão das famílias no programa são realizados pelas equipes municipais dos CRAS.

A apresentação destacou ainda os desafios enfrentados pela política pública no atendimento às comunidades indígenas, como a necessidade de atendimento culturalmente adequado, maior presença das equipes nos territórios, adaptação das ações às realidades indígenas e ampliação do acesso aos programas sociais. Foram mencionadas ações emergenciais de entrega de cestas básicas, filtros e cobertores, além da participação indígena em programas como CNH Social, cursos de qualificação profissional e editais de apoio a associações indígenas.

Durante o debate, representantes indígenas apontaram dificuldades no acesso aos programas, problemas de comunicação e critérios burocráticos que dificultam o atendimento das famílias indígenas, especialmente em áreas rurais e aldeias. Também foi destacada a necessidade de políticas que promovam autonomia econômica, geração de renda e fortalecimento do empreendedorismo indígena, para além do auxílio

alimentar. Por fim, reforçou-se a importância de adaptar as políticas públicas às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas e ampliar o diálogo entre comunidades e órgãos governamentais.

## 4.2 Temas de Interesse - MT Produtivo

Leonardo Vivaldini, Coordenador do Projeto MT Produtivo, apresentou a parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, com foco na agricultura familiar (ANEXO 8).

A iniciativa do Governo de Mato Grosso em parceria com o Banco Mundial, é um investimento de R$100 milhões voltado à agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O projeto busca promover inclusão produtiva, fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, resiliência climática e regularização ambiental e fundiária. Destacou que o projeto foi construído a partir de processos de diálogo e escuta com organizações indígenas desde 2023, aproveitando experiências do Programa REM e do Subprograma de Territórios Indígenas. O projeto atuará em 61 municípios do estado, abrangendo 40 terras indígenas, priorizando organizações formais como associações e cooperativas.

Foi explicado que haverá editais específicos para povos indígenas, com metas mínimas de participação indígena nos planos de negócio apoiados pelo projeto. Esses planos poderão contemplar cadeias produtivas como castanha, pequi, cumbaru, mandioca e apicultura, considerando tanto geração de renda quanto fortalecimento das práticas tradicionais.

Também foi ressaltada a importância do comitê de governança indígena no acompanhamento, construção e aprimoramento dos editais e das estratégias do projeto. O processo incluirá capacitação, assistência técnica e apoio às organizações indígenas em todas as etapas, desde a elaboração das propostas até a execução e prestação de contas.

Durante o debate, foram levantadas preocupações sobre a necessidade de adaptar os editais às diferentes realidades dos povos indígenas, especialmente em relação à segurança alimentar, fortalecimento das práticas tradicionais e respeito aos diferentes níveis de organização produtiva existentes nos territórios. Houve ainda sugestões de incentivo ao resgate de sementes e espécies tradicionais, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos indígenas.

## 4.3 Temas de Interesse - Programa Jurisdicional de REDD+

A coordenadora da CMCR+/SEMA, Caroline Chichorro, abordou a atualização sobre o desenvolvimento do Programa Jurisdicional de REDD+, destacando que o Estado ainda está em fase de preparação para atender aos requisitos de certificação internacional (padrão ART-TREES), que exige rigor na comprovação das reduções de emissões e no cumprimento de salvaguardas socioambientais. Foi apresentada uma atualização sobre a construção do programa jurisdicional de REDD+ em Mato Grosso, destacando que o Estado ainda está em fase de preparação para atender aos critérios do padrão internacional ART TREES, necessário para certificar as reduções de emissões por desmatamento e degradação florestal. Diferentemente do Programa REM, esse novo modelo exige auditorias rigorosas e cumprimento de salvaguardas socioambientais.

A coordenação ressaltou a necessidade de aprofundar o diálogo com povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, ampliando a participação por meio das instâncias já existentes, como a Comissão de Governança Indígena e a FEPOIMT. Informou que, ao longo de 2025, deverão ser iniciadas oficinas de consulta e engajamento, com metodologias acessíveis, materiais adaptados e respeito aos processos de consulta livre, prévia e informada. Representantes indígenas destacaram a importância de que essas oficinas ocorram nos territórios, de forma regionalizada e com linguagem compreensível, considerando a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas.

Por fim, reforçou-se que o processo será construído de forma gradual, participativa e transparente, buscando garantir segurança, compreensão e efetiva participação das comunidades na elaboração do programa.




**Figura 18 – Apresentação dos Temas de Interesse pelas Instituições SETASC, SEAF e CMCR+/SEMA**

## 4.4 Encaminhamentos e próximos passos

A reunião avançou para os encaminhamentos e próximos passos da Comissão de Governança Indígena.

Os encaminhamentos da reunião da CGI reforçaram a necessidade de integração das estratégias voltadas ao manejo integrado do fogo em áreas protegidas, com ênfase na articulação entre instituições governamentais, organizações indígenas e parceiros técnicos. Nesse contexto, destacou-se a importância de consolidar ações coordenadas de prevenção, monitoramento e resposta aos incêndios, considerando as especificidades territoriais e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas como elementos centrais para a gestão ambiental e territorial.

Foi definido que a coordenação do Subprograma Territórios Indígenas deverá incorporar os encaminhamentos debatidos na reunião ao planejamento das próximas ações da Fase II, assegurando alinhamento entre as prioridades estratégicas, os instrumentos de execução e as demandas apresentadas pelas organizações indígenas e instituições parceiras. O encaminhamento busca fortalecer a coerência programática e ampliar a efetividade das iniciativas voltadas à proteção territorial e ao fortalecimento da governança indígena.

Outro encaminhamento relevante foi a validação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental destinado à formação de agentes ambientais indígenas, a ser desenvolvido em parceria com a UNEMAT. A iniciativa foi reconhecida como estratégica para o fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais das comunidades indígenas, contribuindo para a formação de profissionais aptos a atuar na gestão ambiental, no monitoramento territorial e na implementação de políticas públicas nos territórios indígenas.

Por fim, foi reforçada a importância da manutenção de uma estrutura de governança participativa, com representação das sete regionais indígenas do Estado e participação de instituições parceiras, incluindo FEPOIMT, Funai, Setasc e Sesai. O encaminhamento evidenciou o compromisso com uma governança inclusiva, interinstitucional e territorializada, voltada à ampliação do diálogo, da participação social e da construção conjunta das estratégias de implementação da Fase II.

A realização de duas reuniões presenciais anuais foi reafirmada, sendo esta considerada a primeira de 2026 e sendo indicada a próxima reunião para o final de novembro, de forma preliminar, entre os dias 25 e 27 de novembro, considerando a não sobreposição com eleições e outros eventos.

Quanto às reuniões virtuais, definiu-se que ocorrerão conforme necessidade, com indicativo inicial para a primeira quinzena de junho, para tratar de temas prioritários como juventude indígena, plano de capacitação, apoio a pequenos projetos e fortalecimento organizacional, podendo haver novos encontros no segundo semestre e em momentos estratégicos, como resultados de editais. Foram registrados desafios relacionados ao acesso à internet e à necessidade de apoio para garantir a participação nas atividades virtuais, bem como a importância de evitar conflitos de agenda e promover comunicação acessível.

A comunicação foi destacada bem como a necessidade de aprimorar a mobilização, incluindo a produção de materiais explicativos, realização de reuniões para esclarecimento de dúvidas e fortalecimento da divulgação junto às bases.

A reunião também deliberou pela aprovação da proposta referente ao Edital da Fase II de chamamento de projetos, representando um avanço importante para a operacionalização das ações previstas no programa. O edital, com previsão de lançamento do edital até outubro e início das atividades no ano seguinte, precedido de reunião explicativa, deverá contemplar iniciativas alinhadas às diretrizes estratégicas definidas pela governança do programa, promovendo apoio a projetos voltados à gestão territorial, proteção ambiental, fortalecimento institucional e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Ao final reforçou-se a importância da articulação entre organizações, a formalização das iniciativas e a construção de um plano integrado de capacitação. A agenda e os encaminhamentos foram considerados aprovados.

A juventude indígena apresentou sua organização e solicitou apoio financeiro para evento previsto entre 10 e 15 de julho. A Comissão aprovou, de forma preliminar, o apoio, condicionado à formalização da proposta e análise técnica pelo programa.




**Figura 19 – Apresentação da proposta de Evento da Juventude Indígena**

## 4.5 Encerramento

Ao final da reunião, foi feito um balanço das expectativas apresentadas pelos participantes no início do encontro. As principais expectativas estavam relacionadas ao fortalecimento do diálogo, à inclusão e participação indígena, ao alinhamento de instrumentos de gestão e ao fortalecimento da geração de renda nos territórios indígenas. A moderação solicitou que todos contribuíssem com a avaliação final do evento.

Os participantes destacaram a importância de novas parcerias, clareza na execução do programa REM MT fase 2, ampliação da participação dos povos indígenas e fortalecimento das mulheres e organizações indígenas.

A coordenação ressaltou que os encaminhamentos e debates da reunião buscaram atender a essas expectativas, promovendo avanços importantes nas discussões sobre editais, governança e participação social. Também foi solicitado que os participantes avaliassem o encontro por meio de uma dinâmica com adesivos representando o sentimento em relação à reunião.

Nos informes finais, a organização orientou sobre horários de saída dos quartos e informou que o encerramento oficial ocorreria após o almoço. Antes disso, seria realizada uma foto coletiva para compor o relatório do evento.

Encerrando oficialmente o encontro, Paula agradeceu a presença e participação de todos, destacando que a reunião foi muito produtiva e trouxe avanços significativos para o diálogo e para a construção conjunta dos próximos passos do Subprograma Indígena e do REM MT. Também reforçou a importância do fortalecimento das parcerias institucionais e desejou um bom retorno a todos os participantes.




**Figura 20 – Encerramento com participação dos membros da 17ª Reunião de Comissão de Governança Indígena**

# Anexos

1. Lista de Presença
2. Programação
3. ATA 14ª Reunião da CGI aprovada e assinada
4. ATA 15ª Reunião da CGI aprovada e assinada
5. ATA 16ª Reunião da CGI aprovada e assinada
6. Regimento Interno aprovado
7. Apresentação SETASC
8. Apresentação MT Produtivo

# 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| DIA 1 - 17/03/2026 | |
|---|---|
| 08h00 | Acolhimento |
| 08h30 | Abertura de Boas Vindas<br>Apresentação dos membros presentes |
| 09h00 | Acordos de Funcionamento<br>Informes Gerais |
| 09h40 | Regimento Interno |
| 10h20 | Intervalo |
| 10h40 | Leitura da Ata 14ª reunião de governança |
| 11h20 | Leitura  da Ata da 15ª reunião de governança |
| 12h00 | Almoço |
| 14h00 | Avaliação da Fase I |
| 15h20 | Intervalo |
| 15h40 | Avaliação da Fase I (Continuação) |

# 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| DIA 2 – 18/03/2026 | |
|---|---|
| **08h00** | Acolhimento e Programação do Dia |
| **08h30** | Estratégia Programa REM MT Fase II<br>Eixos e indicadores |
| **10h20** | Intervalo |
| **10h40** | Eixo 3 - Proposta AAIS com UNEMAT<br>Contribuições da proposta<br>Consenso dos membros |
| **12h00** | Almoço |
| **14h00** | Eixo 1 - Fortalecimento FEPOIMT e Organizações de Base<br>Projeto FEPOIMT<br>($ REM MT Fase 1+ REM MT Fase 2)<br>Consenso dos membros |
| **15h20** | Intervalo |
| **15h40** | Eixo 3 - Incêndios florestais: BEA |

# 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| DIA 3 - 19/03/26 | |
|---|---|
| 08h00 | Acolhimento e Programação do Dia |
| 08h30 | Eixo 3 - Edital - Recursos Financeiros<br>Temas dos projetos do edital |
| 10h20 | Intervalo |
| 10h40 | Eixo 3 - Edital - Recursos Financeiros<br>Temas dos projetos do edital |
| 12h00 | Almoço |
| 14h00 | Eixo 3 - Edital - Manifestação de interesse<br>Mentorias para as associações |
| 15h20 | Intervalo |
| 15h40 | Temas de interesse |

# 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| DIA 4 - 20/03/26 | |
|---|---|
| 08h00 | Acolhimento e Programação do Dia |
| 08h30 | Temas de interesse |
| 09h20 | Agenda 2026 |
| 10h20 | Intervalo |
| 10h40 | Encaminhamentos Finais e encerramento |
| 12h00 | Almoço |



**Continue com a gente!**

**@programaremmt**

rem.sema.mt.gov.br

REM MATO GROSSO | cooperação alemã DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio de: KFW | UK Government | FAS | SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente | Governo de Mato Grosso

**ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA – REM MT**
**1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA - REM MT/FASE 2**
**SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS**

Entre os dias 05 e 07 de maio de 2025, das 08:00h às 17:00 horas, no Auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, situado na Rua C, s/nº, Centro Político Administrativo, Cuiabá MT, foi realizada a 14ª Reunião Comissão de Governança Indígena e a 1ª Reunião da Comissão de Governança Indígena - REM MT/Fase II do Subprograma Territórios Indígenas (TI) do Programa REDD Early Movers (REM) Mato Grosso. Esta reunião teve como objetivo, apresentar aos novos membros da Comissão de Governança Indígena os resultados da Fase I e dialogar sobre os desafios e oportunidades da Fase IIdo Subprograma Territórios Indígenas – STI. A reunião contou com presença de 32 (trinta e duas) pessoas, constituída pelos respectivos membros indígenas Titulares: Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremeywa (Regional Xavante), Eliel Jorge Rondon Terena (Regional Kaiapó – Norte), Ianukulá Kaiabi Suia (Regional Xingu), Eliane Rodrigues de Lima (FEPOIMT), Alexandre Xiwekalikit Zoró (Regional Noroeste), Cleidson Ima Arawyi Tapirapé (Regional Médio Araguaia), Sebastião Mendes de Arruda (Regional Vale do Guaporé), Eloenia Leandro Ararua (Regional Cerrado Pantanal), Claudio Werekina Karaja (Regional Médio Araguaia), Maria Rufina Tsinhõ Tsẽ Edzama Tsereptse (Regional Xavante), Alexandra Mendes Leite (TAKINÁ), Ariá Kumalu Trumai (Regional Norte Kayapó), Estevão Bororo Taukane (Regional Cerrado Pantanal), Jailton Ronaldo Irantxe (Regional Vale do Guaporé), Suplentes: Gaibetitanica Suyá (Regional Xingu), Darlene Yaminalo Taukane (FEPOIMT) e Maria Anarrory Yudja (Assessora da FEPOIMT). Totalizando, 13 (treze) membros presentes de 06 Regionais do Estado de Mato Grosso e 03 ( três) representantes da Fepoimt e 01 (um) da Takiná. Os demais Membros Presentes foram: Fabrícia Batista da Silva (Fundação Nacional do Índio - FUNAI), Carolina Delgado de Carvalho (Fundação Nacional do Índio – FUNAI), Suely da Costa Campos (Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+), Ligia Nara Vendramin (Coordenação Geral REM MT), Marcos Antônio Camargo Ferreira (Coordenador do Subprograma de Territórios Indígenas – STI), Maria Paula de Freitas Vanucci (Assessora Sênior STI), Edna Ferreira dos Santos (SAI - Superintendência de Assuntos Indígenas). Contou-se ainda com o Apoio: Josana Montalvão Guedes e Myllena Pietra Oliveira Contragiani (Assessoras Plena e Júnior do STI), Anderson Paulo Brunca Silva (Estagiário do STI), Fernanda Cristina Ferreira Fidelis e Priscila Soares Bianchini (Comunicação do Programa REM MT) e Magaly Medeiros (Consultora Nacional do REM/MT), ainda participaram como Convidados: Raquel Yury Koyanagui Lima (Consultora), e Sebastião Fernando Ferreira Lima (Consultor). A pauta da reunião tratou: I. Posse dos novos membros da Comissão de Governança Indígena; II. Apresentação dos Resultados Alcançados na Fase I; III. Governança do REM MT e Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas; IV. Estudo do Regimento Interno da Comissão de Governança Indígena; V. Monitoramento e o Papel da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas; IX. Subprograma Territórios Indígenas: Objetivos e Resultados; X. Estratégia do Programa REM MT Fase II; XI. Estratégias de Comunicação da Governança; XII. Macro Planejamento – Temas Estratégicos (geração de renda; segurança alimentar; prevenção e combate a incêndios); XIII. Plenária final de Avaliação e XIV. Encaminhamentos. No primeiro dia, a abertura oficial foi feita pela Coordenadora Geral do REM MT Ligia Nara que iniciou dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos, recepcionando de forma especial os novos

membros da Governança Indígena e enfatizando a necessidade de planejar, indagando quais os desafios que ainda se tem pela frente e quais a necessidades de cada regional, desejando a todos excelentes dias trabalho. Dando sequência, a mesma passou a palavra à consultora Raquel Yury, que fez a leitura da programação da 14ª Reunião de Governança da Comissão Indígena do REM MT e 1ª Reunião da Comissão de Governança Indígena - REM MT/Fase II. Em seguida, a palavra foi passada a Marcos Antônio Camargo Ferreira (Presidente e Coordenador do Subprograma de Territórios Indígenas – STI) que fez o discurso de posse aos novos membros da Comissão de Governança. A coordenadora Geral Lígia Nara, abordou os principais resultados alcançados na Fase I do REM-MT, e apontou algumas considerações importantes, como a união dos Governos da Alemanha e Reino Unido em financiar projetos no MT que ajudam a reduzir o desmatamento. Destacou, que os recursos são monitorados pelo Banco Alemão KFW e são depositados na conta de uma Organização não Governamental, a qual é responsável em executá-los, sendo a SEMA a responsável pelo programa. Em seguida, informou que os recursos do REM-MT são divididos em 4 Subprogramas: 1) Agricultura Familiar, 2) Territórios Indígenas, 3) Produção e Inovação e 4) Fortalecimento Institucional. As Estratégias do Programa REM-MT foram apresentadas, assim como, os resultados e indicadores. Encerrado esse momento, Marcos Antônio (Presidente e Coordenador do Subprograma de Territórios Indígenas – STI) deu sequência às apresentações do Subprograma Territórios Indígenas: Objetivos e Resultados alcançados na Fase I, enfatizando o fortalecimento do protagonismo das organizações indígenas que visa beneficiar os povos indígenas por meio de seus projetos. Pontos importantes levantados na apresentação foram *a Capacitação e Formação Indígena, Plano Emergencial, Chamadas de Projetos, Linhas Temáticas dos projetos e monitoramento dos projetos.* Em sequência Paula Vanucci apresentou o monitoramento dos projetos realizados por meio de reuniões online, acompanhamento pelo GPWeb, monitoramento de campo e monitoramento participativo. Marcos Antônio relatou que foram 27 projetos monitorados nas chamadas de projetos 01 e 02, incluindo projetos locais de até 200 mil reais e projetos estruturantes de até um milhão de reais em média, obtendo-se 95% de sucesso nas prestações de contas destes No final de sua apresentação, abriu-se para perguntas, onde todos os presentes puderam fazer suas considerações. Após o intervalo, foi realizada uma dinâmica sobre os desafios e prioridades de cada regional. Os representantes indígenas de cada Regional reuniram-se diante de um painel com mapa de sua regional e, juntamente com os auxiliares não indígenas, elencaram os principais desafios encontrados na Fase I do REM MT e suas prioridades para o REM MT Fase II. Na parte da tarde, Raquel Yury (Consultora) passou a palavra ao Coordenador Marcos Antônio, que apresentou a composição da Governança do Programa REM – MT e da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas, e da sua importância para os processos de decisão e transparência do programa, momento em que os presentes puderam fazer suas considerações. Dando sequência aos trabalhos, foi realizado um exercício sobre a Governança Indígena, abordando: O que é governança, qual o objetivo da governança, como funciona a governança indígena. Ficando assim decidido: o que é Governança Indígena (tomada de decisão em grupo compartilhada; estratégias; representatividade); como funciona

a governança indígena (atualizar-se apropriar do fluxo e processos da governança indígena); qual o objetivo da Governança Indígena (definir ações discutidas na base e garantir a autonomia da tomada de decisões, estratégias com transparência e especificidade de cada povo). Finalizada a dinâmica, Raquel Yury (Consultora) deu por encerrado o primeiro dia de reunião. O segundo dia de reunião teve início, com a assessora sênior Paula Vanucci que apresentou o Monitoramento, em especial o Monitoramento Participativo. Frisou que o monitoramento é um instrumento essencial para o acompanhamento das ações deliberadas em reunião e executadas pelo subprograma. Também abordou sobre o papel da Comissão de Governança no acompanhamento do monitoramento, e as melhorias possíveis a serem propostas pela governança para a Fase II do Subprograma. Em seguida, todos os presentes puderam fazer suas considerações. Sebastião Mendes da Regional Vale do Guaporé, relatou sobre sua experiência no monitoramento participativo, Carolina Delgado da FUNAI solicitou que os membros de cada regional, pudessem ter acesso aos relatórios de sua regional. A Coordenadora Geral do REM MT Lígia Nara ressaltou que estão em um processo de remodelagem e aprimoramento das informações para o monitoramento na Fase II do programa. Paula Vanucci enfatizou a importância de aprofundar o debate sobre o monitoramento participativo que venha a possibilitar outros modelos a serem executados. Eliane, Presidente da FEPOIMT reforçou a necessidade de se ter mais elementos para uma avaliação. Destacou que para uma avaliação seria preciso ter a visão dos outros monitores e também de informações mais aprofundadas não somente as poucas informações abordadas na governança. O Coordenador Marcos Antônio, informou que no site do REM MT consta a publicação sobre o monitoramento participativo. A Consultora Raquel Yury, perguntou aos membros da comissão de governança indígena se o monitoramento participativo é um tema estratégico para o planejamento da Fase II do REM MT, tendo a concordância de todos. Paula Vanucci, sugeriu uma oficina para aprofundar a discussão sobre o monitoramento, ficando decidido por unanimidade a realização de uma oficina exclusiva para se discutir sobre o monitoramento participativo. Em seguida, a Coordenadora Geral Ligia Nara, apresentou a Estratégia do Programa REM MT Fase II. Os pontos mais relevantes da apresentação foram: a. a incorporação de práticas sustentáveis para a transformação socioprodutiva e o aumento da geração de renda; b. a Fiscalização e Vigilância, prerrogativa dos órgãos constituídos por lei e o Fortalecimento das Organizações Sociais nesse tema; c. a segurança alimentar e a importância do resgate dos alimentos tradicionais. Carolina Delgado representante da FUNAI, sugeriu a elaboração de um mapa do Plano Emergencial separado dos outros projetos apoiados pelos editais. A próxima apresentação realizada pela consultora nacional Magaly Medeiros, com o tema Fluxo da Governança Indígena, foi sugerida para outro momento e o slide do fluxo da Governança foi disponibilizado no grupo de WhatsApp, para os membros fazerem uma avaliação, encerrando a manhã do segundo dia de trabalho. Na parte da tarde, a Presidente da FEPOIMT Eliane apresentou os trabalhos realizados pela organização e sua missão. Falou-se também da importância da organização da gestão dos recursos e das obrigações fiscais da FEPOIMT. Destacou as oportunidades tais como o processo de consulta, acesso aos projetos, incentivo empreendedor, identidade e formação de laços. Os principais desafios

Eliel F. Rondon

encontrados foram as obrigações fiscais e as dificuldades de acessar os projetos. Darlene Yaminalo (FEPOIMT) falou sobre os desafios colocados, e que hoje a federação tem identidade e reconhecimento. Eliel Jorge da Regional Norte, parabenizou o programa REM MT por ter dado esse protagonismo aos povos indígenas do MT. Alexandre Xiwekalikit da Regional Noroeste falou que foi com a ajuda do ICV e da FEPOIMT que conseguiram acessar os recursos, o ICV ficou distante, mas a FEPOIMT sempre esteve perto na execução dos projetos. Eliane, destacou que estão mais amadurecidos, com condições técnicas e políticas e quejá possuem sede própria, coma expectativa de na próxima fase, poderem estruturar a sede. A Consultora Raque Yury convidou Myllena Contragiani para fazer a leitura dinâmica do Regimento Interno da Governança. Após a leitura todos tiveram a oportunidade de fazer perguntas e questionamentos. Darlene Yaminalo (FEPOIMT), fez alguns questionamentos sobre o Capítulo IV, que fala das atribuições de responsabilidades da comissão de governança, Art 9º, e que tem dúvidas nos seguintes itens: d, e, f e g, os quais foram esclarecidos por Paula Vanucci e Marcos Antônio. Após essa discussão, foi sugerido discutir o Regimento Interno, durante a Oficina de Monitoramento Participativo. Fernanda Fidelis (Comunicação) apresentou as Estratégias de Comunicação da Governança, quanto aos formatos de comunicação, tais como: vídeo, áudio, texto, online e impresso. A maioria concordou que o formato mais efetivo de comunicação seria o online. Foram também apresentados os meios de comunicação mais efetivos, tais como: televisão, Instagram, rádio, rádio comunitária, WhatsApp, jornal, eventos presenciais, boletim/e-mail. A grande maioria, concordou que o WhatsApp, é o meio de comunicação mais eficiente entre eles. Também foi decidido que os informativos seriam divulgados via WhatsApp, encerrando-se os trabalhos do dia pela Consultora Raquel Yury,. O terceiro dia de reunião teve continuidade com a última parte da apresentação da equipe de Comunicação através de Priscila Soares, que fez a seguinte pergunta à comissão de governança: "Como alcançar os territórios que vocês não conhecem?". Foram compartilhados os contatos de cada regional para troca de informações, onde foi solicitado que cada membro localizasse seus contatos nos mapas de suas regionais, apresentados em painéis. Como tarefa, foi definido que os membros encaminhassem os contatos de representantes dos territórios que não são conhecidos pelo programa, além da lista das Associações que atuam nos territórios e as informações de atuação do REM MT nos territórios. Por fim, a Consultora Raquel Yury, convidou o representante da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Vitor Salviatti, para apresentar a instituição e seu papel no Programa REM MT durante a Fase II. Um ponto importante abordado pela FAS, foi sua responsabilidade como gestor financeiro e prestador de contas junto ao doador. Dando prosseguimento aos trabalhos, a consultora Raquel Yuri apresentou a metodologia FOFA (Fortaleza, Oportunidade, Fraqueza/Desafios, Ameaça/Risco) para o trabalho de grupo a ser realizado sobre o Macro Planejamento, com os seguintes temas estratégicos definidos: Geração de Renda, Segurança Alimentar e Prevenção e Combate a Incêndios. Após apresentação dos trabalhos de grupo, a Comissão de Governança deliberou sobre as seguintes pautas e respectivos prazos de execução: I – Mapeamento e articulação de atores e potenciais parceiros para participar do Workshop de Agentes Agroflorestais e Ambientais Indígenas, prazo: maio/2025; II – Realização

Eliel L. Rondon

de Workshop de Agentes Agroflorestais e Ambientais Indígenas e parceiros, prazo: 2ª quinzena julho; iii – Elaboração de fluxo da Governança, prazo: até 2ª oficina; IV – Realização de Oficina de monitoramento participativo e regimento interno, prazo: setembro de 2025; V - Reunião com FUNAI, IBAMA, REM MT, FEPOIMT (GT), sobre incêndios em Terras Indígenas; VI – Realização de Curso de formação Indígena para servidores públicos do Estado do MT prazo: 2º Semestre; VII – Realização da 15ª reunião da Comissão de Governança Indígena, prazo: Outubro de 2025. Assim, Marcos Antônio Camargo Ferreira (Coordenador do Subprograma de Territórios Indígenas – STI), agradeceu a todos pela participação e deu por encerrada a 14ª Reunião Comissão de Governança Indígena e 1ª Reunião da Comissão de Governança Indígena - REM MT Fase II do Subprograma Territórios Indígenas (TI). Assinam esta Ata.

# 1. ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA GOVERNANÇA INDÍGENA - SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS - PROGRAMA REM MT

No dia 15 de dezembro de 2025, das 11:00h às 12:00 horas, de forma virtual, foi realizada a 15ª Reunião Extraordinária da Governança Indígena. Esta reunião teve como objetivo, apresentar a governança indígena a liberação de recursos do KFW para o Programa REM MT, com foco na alocação de investimentos e na importância da participação das comunidades indígenas. A reunião contou com a presença dos respectivos representantes indígenas **titulares**: Odailson Akay Saw Munduruku (Regional Noroeste) Eliel Rondon (Regional Norte), Ianukulá Kaiabi Suiá (Regional Xingu), Eliane Rodrigues de Lima (FEPOIMT), Alexandre Xiwekalikit Zoró (Regional Noroeste), Cleidson Ima Arawyi Tapirapé (Regional Médio Araguaia), **suplentes:** Gaibetitanica Suyá (Regional Xingu), Luiz Vagner Ariabo Quezo (Regional Cerrado Pantanal), Lucio Wa ane Terowa a (Regional Xavante) Totalizando, 08 (oito) representantes presentes, de 06 Regionais do Estado de Mato Grosso e 01 (um) representante da Fepoimt. Os representantes das demais instituições presentes foram: Carolina Delgado de Carvalho (Fundação Nacional do Índio – FUNAI), Ligia Nara Vendramin (Coordenação Geral do Programa REM MT). Contou-se ainda com o **apoio:** Myllena Pietra Oliveira Contragiani (Assessora Júnior do STI), Anderson Paulo Brunca Silva (Estagiário do STI), Josana Montalvão Guedes (Assessora Plena) e Priscila Soares Bianchini (Comunicação do Programa REM MT) e Fátima Silva (Consultora Nacional do REM/MT), ainda participaram como **convidados:** Camila Russani Silva (membro de equipe REM). A pauta da reunião tratou: I. Apresentação da divisão dos recursos da Fase 2 do Programa REM; II. Discussão do Plano de Investimento (PDI 1 e PDI 2); III. Proposta de alocação integral do recurso PDI-2 em projetos (editais); IV. Encaminhamentos sobre reuniões presenciais e online; V. Manifestação dos Conselheiros. No primeiro momento, a abertura oficial foi feita pela Coordenadora Geral do REM MT Ligia Nara que iniciou a sessão agradecendo a presença dos representantes das regionais e contextualizou a urgência da convocação, explicando que o pedido para o segundo desembolso foi levado ao Conselho Gestor de REED+, para discussão prévia. Lígia detalhou que o Programa REM MT, na Fase II, destinará 14,87% dos recursos exclusivamente para o Subprograma Territórios Indígenas, que terá como foco, fortalecer as organizações sociais e promover a participação das mulheres nas tomadas de decisões. Foram discutidos eixos de atuação, como vigilância territorial, empreendedorismo e segurança alimentar, além da proposta de alocação de mais de R$ 17 milhões de reais para as ações. A falta de um sistema apto para gerenciar os investimentos da fase 2 foi mencionada, com expectativa de início em fevereiro, já com uma nova ferramenta implantada pelo Gestor Financeiro (Fundação Amazônia Sustentável- FAS). A proposta de alocação de R$ 1.174.240,29 para projetos foi apresentada e aprovada, de forma unânime pelos membros da governança. Foi levantada, durante a reunião, a necessidade de reuniões online para facilitar a comunicação. Ianukula questionou a suficiência do orçamento para realizar as reuniões da Governança Indígena em 2026, com todos os membros, e Lígia Nara Vendramin confirmou que já considerava a nova composição no planejamento dos recursos. Lucio Xavante sugeriu priorizar reuniões online, caso não houvesse recurso para realizar reuniões presenciais, ao que Ligia informou que já foram destinados recursos para a realização de quatro reuniões presenciais em 2026. Cleidson Tapirape ressaltou a importância das reuniões emergenciais e expressou preocupação sobre a capacidade das organizações indígenas em gerir os recursos recebidos, enquanto Eliel Rondon solicitou menos burocracia quanto as pequenas associações, de forma que as comunidades possam ser mais contempladas e acessar os projetos.

**Capítulos e tópicos:**

Eliel Jorge Rondon

**Registro de Presença e Confirmação de Participantes:** Ligia Nara coordenou o registro de presença, pedindo que os participantes informassem suas regiões. Anderson Brunca e outros membros da equipe auxiliar contribuíram para a organização, enquanto Ligia confirmava a presença de suplentes e titulares de diferentes regiões, como Vale do Guaporé e Xingu.

**Atualização sobre o Desembolso do KFW e Edital de Projetos**: Ligia Nara destacou a importância de apresentar a documentação ao KFW ainda este ano e mencionou que o edital para receber projetos já está em desenvolvimento. Ela planeja compartilhar as ideias iniciais do edital na próxima Reunião de Governança, que está sendo agendada para o início de 2026. Encaminhamento:Apresentação do edital para projetos na próxima Reunião de Governança.

**Distribuição de Recursos e Gestão do Programa REM MT**: Ligia Nara detalhou a alocação de 34 milhões de euros do Programa REM MT, destacando que 35% será destinado ao Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes e 38,25% para o Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais. Ela enfatizou a importância da governança e a continuidade do trabalho iniciado na primeira fase, além de mencionar a necessidade de recursos para reuniões e fortalecimento das organizações de base.

Encaminhamentos: Liberação do KFW e desembolso do PDI II ao Programa REM MT. Orçamento e alocação de recursos para reuniões de Governança e projetos.

**Proposta de Investimentos para o KFW**: Ligia Nara detalhou a distribuição dos recursos do PDI I e II, que juntos somam cerca de R$ 18 milhões de reais, enfatizando que mais de R$ 13 milhões seriam direcionados a projetos, beneficiando associações, cooperativas e ONGs. No eixo de Governança, quase 900 mil reais foram reservados para a execução das atividades da Governança, enquanto cerca de 3 milhões foram alocados para o fortalecimento do movimento indígena.

**Situação do Sistema Financeiro e Atrasos no PDI**: Ligia Nara destacou que a falta de apresentação, por parte do Gestor Financeiro da Fase II, de um sistema adequado para a fase 2 do programa impediu o uso dos recursos do PDI I. Apesar de haver um esforço contínuo para finalizar o sistema, o atraso já impactou a possibilidade de lançar editais e realizar contratos, levando a uma conversa com o KFW sobre a liberação do PDI.

**Proposta de Alocação de Recursos para Projetos e Reuniões**: Ligia Nara explicou que o desembolso para a execução dos projetos ocorre após o processo de seleção e contratação, que leva cerca de 200 dias, e propôs a alocação total do segundo PDI para editais, totalizando R$ 14.717.236,83 para projetos. Ianukula levantou preocupações sobre a adequação do orçamento para a nova composição da Comissão de Governança, questionando se os R$ 800 mil seriam suficientes para viabilizar a participação de todos os membros.

Encaminhamento: Proposta de reuniões online para facilitar a comunicação e decisões.

**Propostas e Concordâncias sobre Projetos Indígenas**: Ligia Nara agradeceu a contribuição de Lucio e abriu espaço para que outros se manifestassem. Darlene apoiou a proposta de alocação de recursos, ressaltando a necessidade de contemplar mais aldeias. Ligia também mencionou que o Relatório Final está sendo preparado e que mais de 600 aldeias foram alcançadas.

**Registro e Reflexões sobre a Reunião do Subprograma Território Indígena**: Ligia Nara sugeriu a realização de reuniões mensais para melhorar a comunicação e a continuidade dos trabalhos. Luiz tserewatsitsi Tseremeywa pediu que o conteúdo apresentado fosse enviado por e-mail, enfatizando a necessidade de recursos para sua associação. Wagner Kezo acrescentou a importância de incluir a juventude nas discussões.

Tarefas: Ligia Nara irá apresentar o edital com as ideias iniciais na próxima Reunião de Governança. Ligia Nara irá enviar a apresentação e o conteúdo discutido por e-mail e

Eliel Jorge Rondon

no grupo. Ligia Nara irá discutir com a FAS e o KFW sobre o acesso das pequenas organizações aos recursos.
Ligia Nara Vendramin (Coordenação Geral REM MT), agradeceu a todos pela participação e deu por encerrada a 15ª reunião extraordinária.
Assinam esta Ata.

**ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA DO PROGRAMA REM MT**

Cuiabá - MT, 06 de março de 2026. Reunião realizada de forma online (Google Meet), às 09:30, horário de Cuiabá.

Estiveram presentes Claudio Werekina Karaja (titular, Regional Médio Araguaia), Rosiania dos Santos Tavares (suplente, Regional Médio Araguaia), Maria Tsinhotse'edzama (titular, Regional Xavante), Luiz Carlos Tserewatsitsi (titular, Regional Xavante), Aria Kumalu Trumai (titular, Regional Norte), Odailson Munduruku (titular, Regional Noroeste), Eloenia Leandro Ararua (titular, Regional Cerrado Pantanal), Jailton Ronaldo Irantxe (titular, Regional Vale do Guaporé), Silvano Chue Muquissai (suplente, FEPOIMT), Carolina Delgado de Carvalho (titular, FUNAI), Paulo Rogério (titular, Superintendente de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, SETASC), Juliana Antunes Maciel (ouvinte, SETASC), Márcia Moraes (titular, Fundação Amazônia Sustentável - FAS), Lígia Nara Vedramini (titular, Coordenação Programa REM MT), Paula Vanucci (titular, Subprograma Territórios Indígenas), Fátima Silva (Consultora Nacional, Programa REM MT), Josana Montalvão Guedes (Assessora Técnica Pleno, Programa REM MT), Myllena Pietra Oliveira Contragiani (Assessora Técnica Júnior, Programa REM MT) e Camila Russano (Analista de Meio Ambiente, SEMA MT). A reunião foi aberta com saudações e apresentação dos participantes. Inicialmente, a Coordenadora do Programa REM MT e representante titular Lígia Nara Vendramini, responsável por conduzir a reunião, confirmou a presença de quatro regionais. Ao longo de toda a reunião, representantes das seguintes regionais e instituições compareceram: Médio Araguaia, Norte, Noroeste, Cerrado Pantanal, Xavante, Noroeste, Médio Araguaia, Vale do Guaporé, FUNAI, SETASC, Fundação Amazônia Sustentável, Programa REM MT e Subprograma Territórios Indígenas. A pauta consistiu na apresentação e discussão sobre o Edital para chamada de projetos do Subprograma Territórios Indígenas, na Fase II do Programa REM MT, abrangendo valores gerais do Edital, linhas temáticas prioritárias, critérios de elegibilidade e exclusões, etapas de seleção, cronograma e valores disponíveis, apoio às organizações e cumprimento de salvaguardas, além de contribuições e deliberações. A representante Lígia Nara Vendramini apresentou o edital, destacando o foco do programa em selecionar propostas mais robustas, com valores entre R$ 300 mil e R$ 700 mil e duração de execução de 18-30 meses, dentro das linhas temáticas de Sustentabilidade e Meio Ambiente, Produção e Coleta para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, Geração de Trabalho, Renda e Comercialização, e Mulheres, Equidade e Gênero. O valor do edital será de R$ 7,3 milhões, com garantia de aprovação de ao menos um projeto por regional e um projeto para mulheres indígenas (os mais bem pontuados dentro de suas categorias), selecionando-se projetos adicionais por ordem de melhor pontuação caso haja saldo. O público-alvo priorizará organizações indígenas de base do Estado de Mato Grosso, permitindo também propostas de organizações indigenistas. As organizações precisam apresentar critérios mínimos de elegibilidade, como possuir CNPJ com no mínimo 2 anos, regularidade fiscal e Carta de Anuência dos Povos a serem beneficiados pela proposta. Serão excluídas organizações como universidades, órgãos públicos integrantes do Sistema, MEIs, organizações religiosas ou políticas, aquelas com conflitos de interesse com o Programa

REM MT, com membros envolvidos em investigação ou condenação civil ou penal, ou com histórico de violação de salvaguardas socioambientais. Os projetos selecionados receberão recurso para execução, suporte de núcleo de apoio para gestão administrativa-financeira e suporte para potencializar impacto, como em comercialização. Devido ao calendário eleitoral, o cronograma de lançamento do edital e contratação de projetos está apertado, razão pela qual se decidiu antecipar a pauta do edital que ocorreria na Reunião de Governança Presencial, entre 17 e 20 de março de 2026. Carolina Delgado de Carvalho (titular, FUNAI) questionou o acesso prévio ao edital pela governança e sugeriu discutir na reunião presencial para evitar decisões virtuais precipitadas, defendendo maior reflexão coletiva antes da aprovação, considerando o cronograma apertado. Silvano Chue Muquissai (suplente, FEPOIMT) cobrou maior participação da governança na elaboração do edital, pediu priorização de organizações indígenas de base vs. indigenistas maiores e solicitou clareza sobre como se chegou ao valor de R$ 7,3 milhões. Eloenia Leandro Ararua (titular, Regional Cerrado Pantanal) propôs resgatar linhas temáticas não contempladas na fase 1, defendeu continuidade de ações pendentes como brigadas contra incêndios, PGTAs e controle de fogo, criticou adiamentos de reuniões e questionou o papel da governança na construção do edital. Odailson Munduruku (titular, Regional Noroeste) enfatizou priorizar organizações indígenas autônomas sobre indigenistas. Luiz Carlos Tserewatsitsi (titular, Regional Xavante) sugeriu enviar materiais por e-mail/WhatsApp para estudo prévio, reforçou continuidade das brigadas e necessidade de discussão presencial com quórum pleno. A Comissão deliberou pela realização de próxima reunião presencial entre 17 e 20 de março de 2026, para aprofundar discussões sobre resultados da Fase I do Programa REM MT, ajustes nas linhas temáticas do edital, continuidade de ações como brigadas contra incêndios, controle de fogo, elaboração de PGTAs, e estratégias para planejamento de investimentos e facilitação de acesso a recursos pelas associações de base. A coordenação técnica se comprometeu a enviar o relatório executivo da fase I, reforçou a necessidade de quórum mínimo com representantes das 7 regionais indígenas, Takiná e FEPOIMT, registrou foto coletiva para documentação e se comprometeu a levar as contribuições dos conselheiros aos doadores como o KfW, considerando riscos do período eleitoral e prazo apertado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que vai para assinaturas dos presentes.

Eloenia Leandro Ararua

Claudio Werekena Xavante

Luiz Munduruku

Odailson

Julia R. Iraci

Silvano Chue Muquissai

Luiz C. T. Tserewatsitsi

Ma Khajina TS.

Ana Paula Pachtaracci

**REGIMENTO INTERNO**

**Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas**

**Programa REM Mato Grosso**

## CAPÍTULO I

## DA NATUREZA, FINALIDADE E PRINCÍPIOS

**Art. 1º -** A Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM Mato Grosso constitui-se como órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, de natureza permanente, vinculado à Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas.

**Art. 2º -** A Comissão tem por finalidade orientar, acompanhar e deliberar sobre a implementação do Subprograma Territórios Indígenas no âmbito do Programa REM Mato Grosso, assegurando a participação dos povos indígenas na definição das diretrizes, prioridades e estratégias de execução das ações e investimentos do Subprograma.

**Art. 3º -** A atuação da Comissão de Governança observará os seguintes princípios:

I – Respeito aos direitos dos povos indígenas;

II – Participação e representatividade indígena;

III – Transparência e publicidade das decisões;

IV – Respeito ao processo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI);

V - Respeito à diversidade sociocultural;

VI – Proteção socioambiental e observância das salvaguardas de REDD+.

**Parágrafo único:** Este Regimento Interno fundamenta-se nos documentos orientadores do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM Mato Grosso e nos resultados do processo de Consulta Livre, Prévia e Informada realizado junto aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso.

## CAPÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO

**Art. 4º -** A Comissão de Governança será composta por representantes titulares e suplentes das seguintes instituições e segmentos:

I – Técnicos indígenas representantes das regionais da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT;

II – Representante da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT;

III – Representante da Organização de Mulheres Indígenas TAKINÁ;

IV – Representante da Coordenação Geral do Programa REM Mato Grosso;

V – Representante da Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas;

VI – Representante da Superintendência de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso;

VII – Representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;

VIII – Representante da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+;

IX – Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI;

X – Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

**§1º** Cada instituição indicará um representante titular e um suplente.

**§2º** Os representantes indígenas indicados pelas regionais da FEPOIMT, pela organização TAKINÁ e pela diretoria da FEPOIMT terão direito a voto nas deliberações da Comissão.

**§3º** Os demais membros atuarão com direito à voz, prestando apoio técnico e institucional às deliberações da Comissão.

**CAPÍTULO III**

**DO MANDATO DOS MEMBROS**

**Art. 5º -** Os membros da Comissão de Governança terão mandato de **02 (dois) anos**, permitida a recondução por iguais períodos.

**Art. 6º -** A indicação dos membros titulares e suplentes será realizada pelas respectivas instituições representadas na Comissão.

**Art. 7º -** Em caso de vacância do titular, o suplente assumirá automaticamente a função até que seja realizada nova indicação pela instituição correspondente.

**Art. 8º -** Os membros da Comissão deverão possuir:

I – Idade mínima de 18 anos;

II – Reputação ilibada;

III – Conhecimentos básicos sobre o Programa REM, REDD+ ou políticas voltadas aos povos indígenas;

IV – Disponibilidade para participar das reuniões e atividades da Comissão.

**CAPÍTULO IV**

**DA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO**

**Art. 9º -** A Comissão de Governança será coordenada pelo representante da Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas.

**Art. 10º -** Compete à Coordenação da Comissão:

I – Convocar, instalar e presidir as reuniões;

II – Elaborar e encaminhar a pauta das reuniões;

III – Assegurar o cumprimento deste Regimento Interno;

IV – Representar institucionalmente a Comissão;

V – Articular o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

**Art. 11º -** A Comissão poderá contar com apoio de **Secretaria Executiva**, responsável por:

I – Organizar as reuniões;

II – Elaborar e registrar as atas;

III – Organizar os documentos da Comissão;

IV – Apoiar as atividades administrativas e de comunicação.

**CAPÍTULO V**

**DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES**

**Art. 12º -** A Comissão reunir-se-á:

I – Ordinariamente, no mínimo duas vezes por ano;

II – Extraordinariamente, sempre que necessário.

**Art. 13º -** A convocação das reuniões deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, acompanhada da pauta e dos documentos de apoio.

**Art. 14º -** O quórum mínimo para deliberação será composto pela maioria simples dos membros com direito a voto.

**Art. 15º -** As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes com direito a voto.

**Art. 16º -** É permitida a participação nas reuniões por meio de videoconferência ou outros meios digitais que permitam a identificação dos participantes.

**Art. 17º -** Os membros que possuírem conflito de interesse em relação a determinado tema deverão declarar-se impedidos de participar da deliberação.

**CAPÍTULO VI**

**DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

**Art. 18º -** Compete à Comissão de Governança:

I – Definir diretrizes estratégicas para implementação do Subprograma Territórios Indígenas;

II – Estabelecer prioridades de execução e investimento;

III – Orientar a elaboração de editais, chamadas públicas e instrumentos de seleção de projetos;

IV – Acompanhar a execução do Subprograma Territórios Indígenas;

V – Avaliar os resultados, indicadores e impactos socioambientais das ações desenvolvidas;

VI – Zelar pelo cumprimento das salvaguardas socioambientais do Programa REM;

VII – Promover o monitoramento participativo das ações do Subprograma junto aos territórios indígenas;

VIII – Recomendar ações aos demais Subprogramas do Programa REM Mato Grosso quando houver interface com os interesses dos povos indígenas;

IX – Propor melhorias nos mecanismos de comunicação, monitoramento e ouvidoria do Programa REM Mato Grosso;

X – Zelar pelos interesses dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso no âmbito das ações relacionadas ao Subprograma Territórios Indígenas.

**CAPÍTULO VII**

**DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS**

**Art. 19º -** São direitos dos membros da Comissão:

I – Participar das reuniões e debates;

II – Propor temas para inclusão na pauta das reuniões;

III – solicitar informações necessárias ao exercício de suas funções.

**Art. 20º -** São deveres dos membros:

I – Participar das reuniões da Comissão;

II – Atuar com ética, responsabilidade e respeito institucional;

III – Respeitar as decisões tomadas de forma colegiada;

IV – Comunicar previamente impossibilidade de comparecimento às reuniões.

**CAPÍTULO VIII**

**DA TRANSPARÊNCIA E REGISTRO DAS DECISÕES**

**Art. 21º -** As reuniões da Comissão serão registradas em atas contendo:

I – Relação dos participantes;

II – Temas discutidos;

III – Decisões tomadas.

**Art. 22º -** As decisões da Comissão poderão ser formalizadas por meio de:

I – Resoluções;

II – Recomendações;

III – Pareceres.

**Art. 23º -** As atas e decisões da Comissão deverão ser disponibilizadas às instituições participantes e divulgadas pelos meios institucionais disponíveis.

**CAPÍTULO IX**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 24º -** Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante aprovação da maioria dos membros com direito a voto da Comissão de Governança.

**Art. 25º -** Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pela Comissão de Governança.

**Art. 26º -** Este Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação pela Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM Mato Grosso.

**Cuiabá – Mato Grosso**

**17 de março de 2026**

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

# Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

# SETASC

- **Secretaria Adjunta de Cidadania - SACIS**
  - ***Ações de Cidadania*** *(cestas de alimentos, filtros e cobertores)*
- **Secretaria Adjunta de Assistência Social SAAS**
  - ***Assistência Social***
- **Secretaria Adjunta de Programas e Projetos Especiais e Atenção à Família – SAPPEAF**
  - ***SAPDI***
  - ***Programa Ser Família***
- **Secretaria Adjunta de Direitos Humanos – SADH**
- **Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica – SAADS**
- **PROCON**

SETASC
Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

Governo de Mato Grosso

PROGRAMA SER Família Indígena

# Base normativa:

**Lei nº 12.013/2023** – Amplia e altera o Programa, incluindo o *Cartão Ser Família Indígena*

**Decreto nº 219/2023** – Regulamenta a execução, define diretrizes e procedimentos

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

O Programa é coordenado pela **SETASC**, com execução descentralizada pelos municípios, e tem como objetivo **combater a pobreza/fome e promover a segurança de rendimentos e qualidade de vida** das famílias beneficiárias.










SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

# CARTÃO SER FAMÍLIA INDÍGENA

- Famílias indígenas em situação de pobreza (renda per capita até R$ 218,00), residentes em Mato Grosso.

- **Valor do benefício: R$150,00 mensal**

- **Uso do benefício:** Compra **exclusiva de alimentos** – vedada aquisição de bebidas alcoólicas, tabaco, cosméticos e combustíveis

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

# PRINCÍPIOS E CONDICIONALIDADES

O *Ser Família Indígena* integra o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, e prevê:

•Inserção obrigatória no **CadÚnico**;

•Participação em **ações socioassistenciais** e no **Acompanhamento Familiar** pelos CRAS/CREAS;

•Cumprimento de condicionalidades de saúde, educação e qualificação profissional, respeitando especificidades culturais;

SETASC
Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

Governo de Mato Grosso

PROGRAMA SER Família Indígena

# RESULTADOS ESPERADOS

•Redução da insegurança alimentar entre famílias indígenas;

•Ampliação do acesso a políticas públicas básicas (saúde, educação, renda);

•Fortalecimento da autonomia e protagonismo das comunidades;

•Integração das ações da **Proteção Social Básica e Especial** nos territórios indígenas;

•Articulação Intersetorial

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

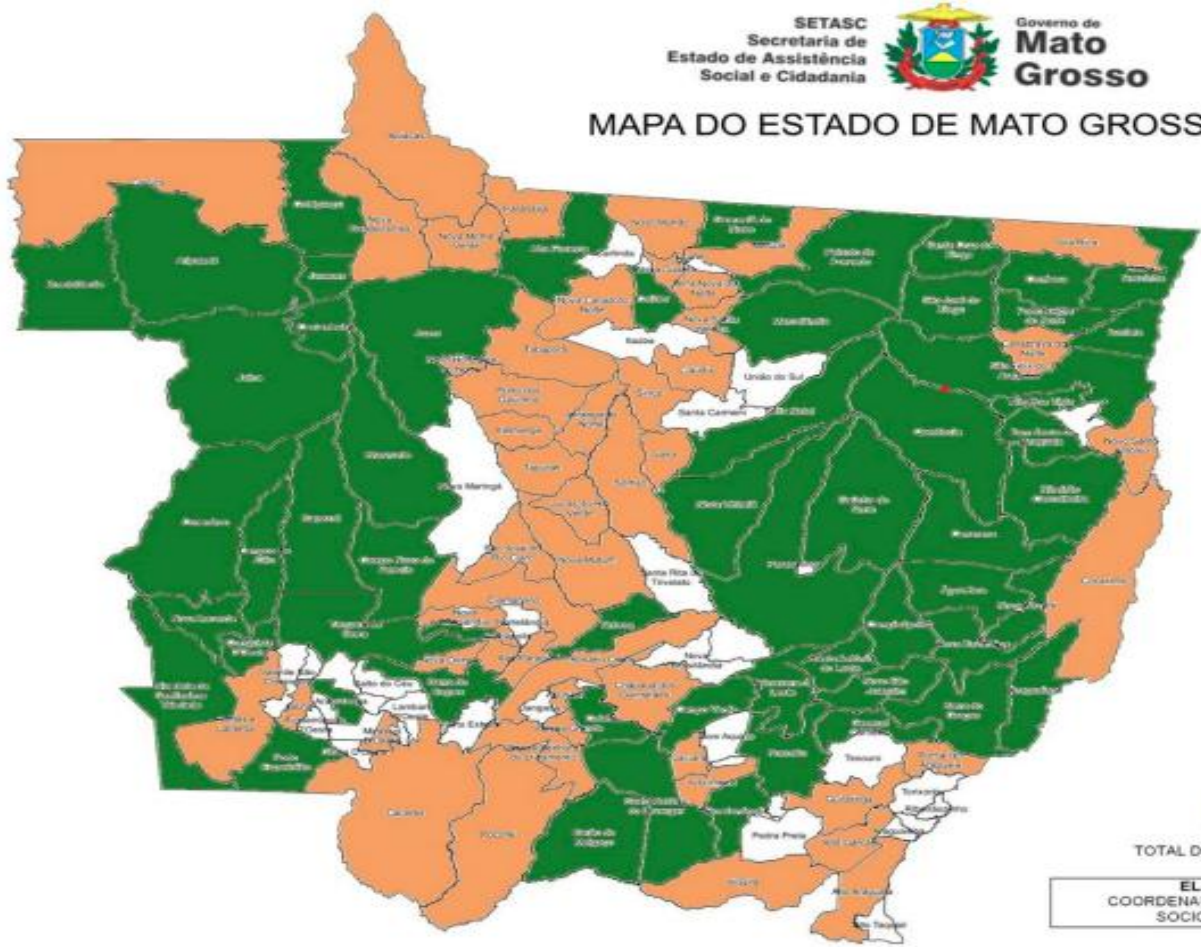
Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

SETASC
Secretaria de
Estado de Assistência
Social e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

# MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO



N

TOTAL DE MUNICÍPIOS:**141**

**ELABORAÇÃO:**
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

Municípios com o Programa Ser Família Indígena

Municípios onde tem população indígena, porém sem o Programa Ser Família Indígena

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

# AÇÕES EMERGENCIAIS

## Cestas de Alimentos e Kits de Limpeza

- Feliz Natal
- Nova Nazaré
- Porto Alegre do Norte
- Poxoréo
- Santa Terezinha

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena


PROGRAMA
SER
família
O MAIOR PROGRAMA DE
AÇÕES SOCIAIS
DA HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Mato Grosso




SER
família
O MAIOR PROGRAMA DE
AÇÕES SOCIAIS
DA HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO









SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

- Programa Ser Família Capacita
- CNH Social
- Credenciamento de entidades  (2023)
- Chamamento Público (2024)

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena

Secretaria Adjunta de Programas e Projetos e Atenção à Família – SAPPEAF
*Email: sappeaf@setasc.mt.gov.br*

*Graciele Meira – Analista de Desenvolvimento Econômico e Social*

*Contato: (65) 99612-8535*
*E-mail: gracielejesus@setasc.mt.gov.br*

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania

Governo de
Mato
Grosso

PROGRAMA
SER
Família
Indígena



SEAF
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar

# Projeto MT Produtivo: Fortalecendo os Povos Indígenas

Um guia simples sobre oportunidades, governança e participação para o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso.

Apresentação ao Comitê de Governança Indígena (CGI)

# A Essência do Projeto

O MT Produtivo é um investimento global de **US$ 100 milhões** focado na agricultura familiar e nos povos tradicionais.





### Inclusão Econômica

Acesso a novos mercados, melhoria da produção e geração de renda justa.



### Resiliência Climática

Produção sustentável que respeita os ciclos da natureza e mantém a floresta em pé.



### Regularização

Apoio à adequação ambiental e proteção do território.



**Construído com Escuta:** As regras de participação indígena foram debatidas e adaptadas após amplas consultas com lideranças no Acampamento  Terra Livre (ATL 2024) e outras instâncias.

# Onde o Projeto Vai Atuar?

Para participar, pelo menos uma parte do território indígena deve estar dentro de um dos 61 municípios priorizados pelo projeto.

**61**

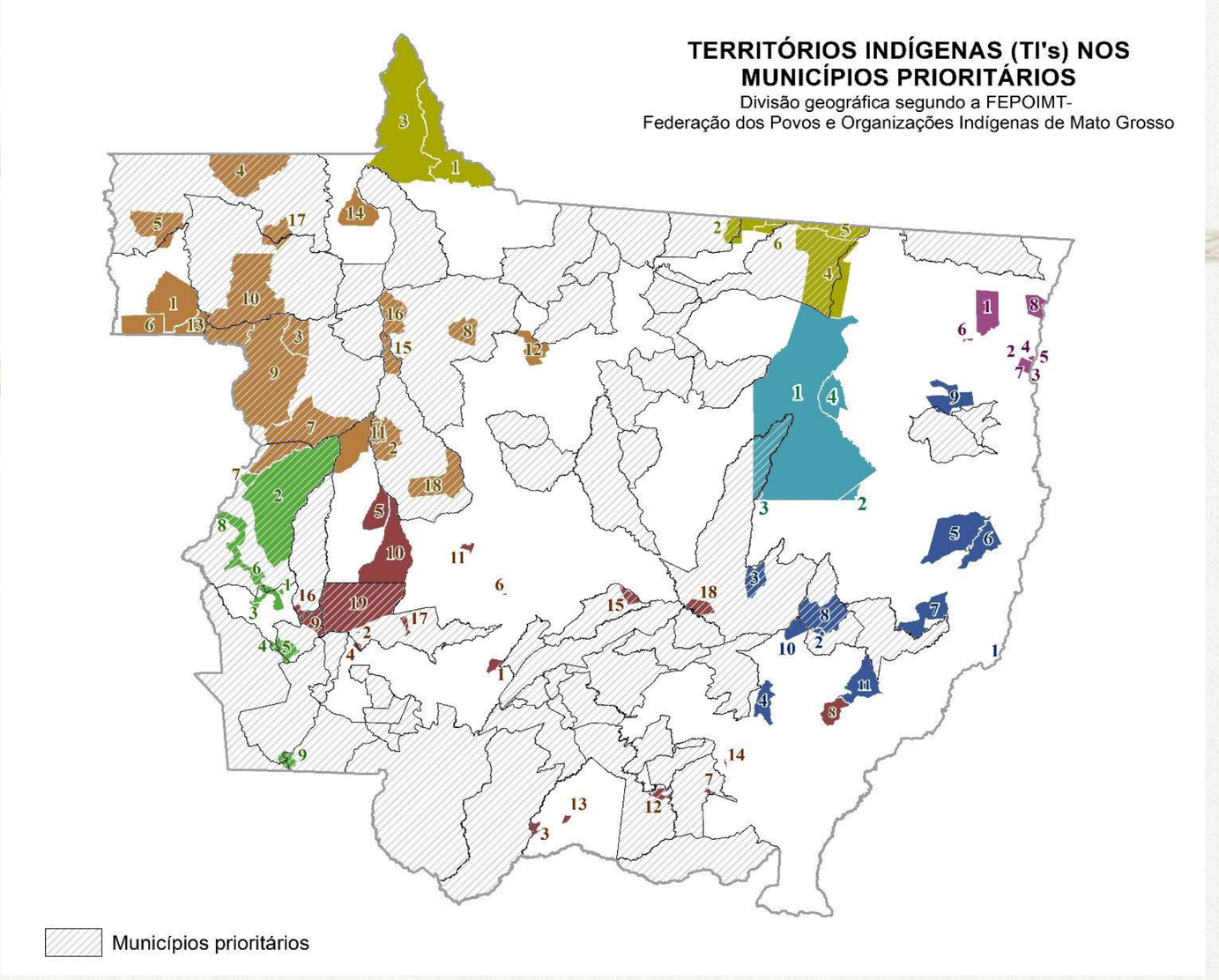
Municípios foco do Componente 1.

**40**

Terras Indígenas identificadas dentro dessa área.

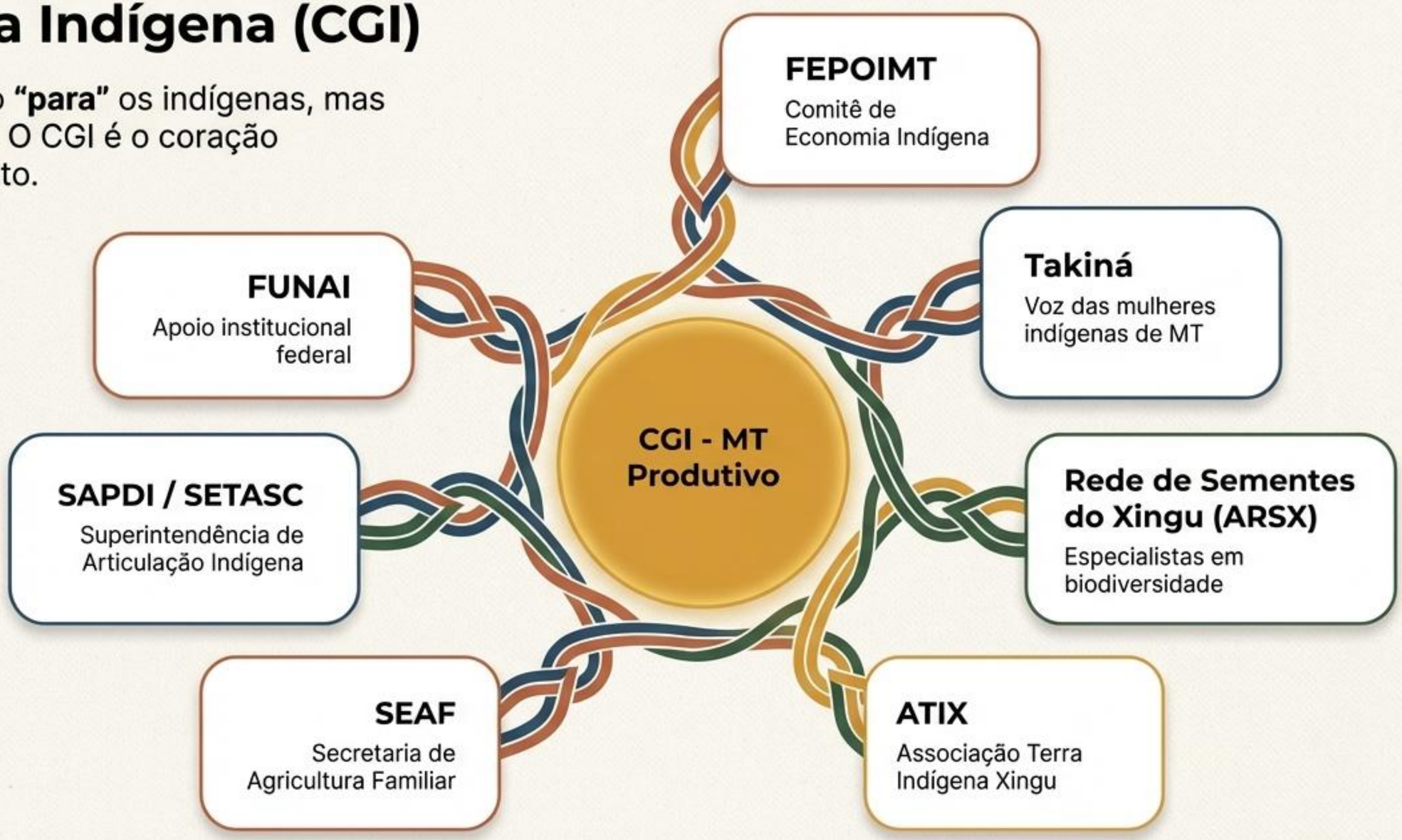
## Etnias Abrangidas

Povos como Xavante, Kayapó, Cinta Larga, Paresí, Bororo, entre muitos outros, habitam essas áreas cruzadas.



# A Nossa Voz: O Comitê de Governança Indígena (CGI)

O projeto não é feito **“para”** os indígenas, mas **“com”** os indígenas. O CGI é o coração estratégico do projeto.



# O Papel do Comitê na Prática

## Desenhar Editais

Criar e adaptar os editais públicos para que respeitem a realidade, a cultura e o tempo das comunidades indígenas.

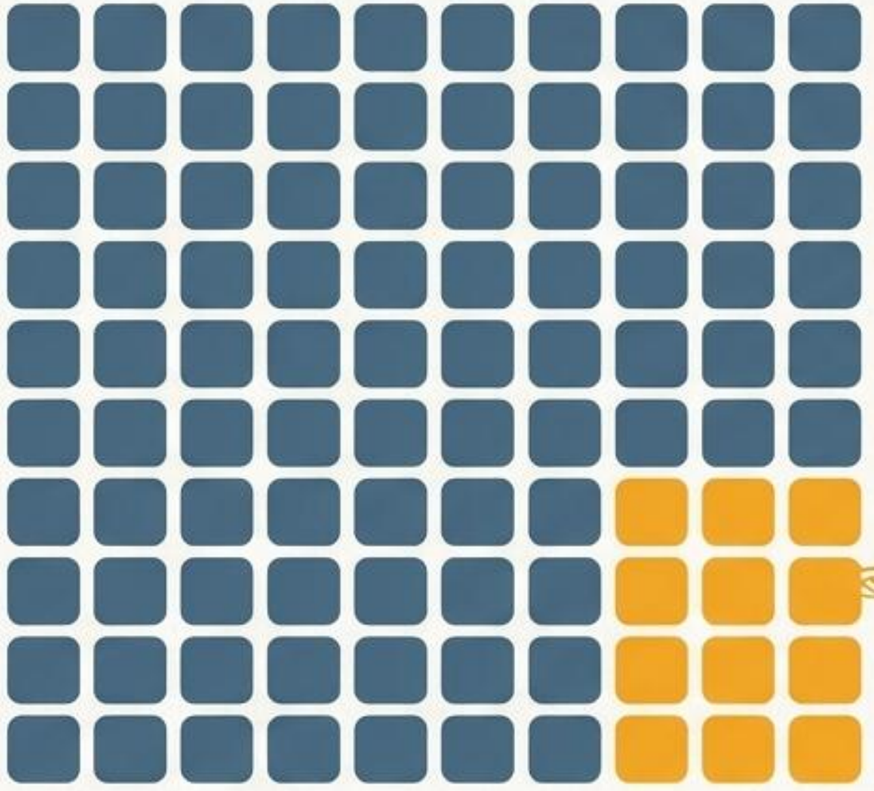
## Acompanhar e Mediar

Monitorar os resultados no território, garantir a transparência das ações e atuar na resolução de conflitos.

## Promover Autonomia

Garantir que as próprias comunidades liderem seus Planos de Negócios e apoiar a participação direta em decisões sobre o território.

# Um Espaço Garantido para os Povos Tradicionais



## 15%

15% de todos os Planos de Negócios apoiados pelo Componente 1 são exclusivos para Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais.

**Segurança:** Isso garante que os recursos estão reservados e dedicados. Vocês não competem diretamente com o agronegócio ou produtores convencionais.

# 8 Caminhos para a Geração de Renda

O projeto apoia cadeias produtivas que valorizam a sociobiodiversidade e mantêm a floresta em pé.



**Mandiocultura**

Farinha, fécula e derivados.



**Fruticultura**

Foco em frutas nativas e plantio sustentável.



**Bovinocultura de Leite**

Melhoria de pastagens e manejo.



**Meliponicultura / Apicultura**

Mel de abelhas nativas (sem ferrão) e com ferrão.



**Café**

Sistemas agroflorestais (SAFs).



**Cacau**

Cultivo em consórcio com a floresta.



**Extrativismo Não Madeireiro**

Coleta de sementes, castanhas e óleos.



**Olericultura**

Hortaliças para segurança alimentar e mercados locais.

# 4 Passos para a Elegibilidade




**A contrapartida exigida será não-financeira (ex: mão de obra, insumos locais), respeitando a realidade indígena.**

# Como os Projetos Serão Priorizados?

Critérios de desempate desenhados para garantir justiça e inclusão.



### Diversidade Étnica e Geográfica

Prioridade para povos ainda não contemplados e comunidades menores ou mais distantes.

### Vulnerabilidade

Foco em comunidades com menor renda (CadÚnico) ou sob forte pressão de ameaças ambientais/territoriais.

### Diversidade de Produção

Valorização de projetos que adotam Sistemas Agrofiorestais (SAFs) ou cadeias menos exploradas.

### Viabilidade Logística

Usado apenas como último critério de desempate (facilidade de acesso para ATER e insumos).

# A Jornada de Apoio: De Ponta a Ponta

### Fase 1: Mobilização e Escuta

Reuniões presenciais próximas às aldeias e apoio da rede de comunicação local para preparar as propostas.

### Fase 2: Capacitação e ATER

Assistência Técnica contínua, oficinas de gestão e apoio direto para a elaboração do Plano de Negócios.

### Fase 3: Implementação

Assinatura do termo de fomento, repasse de recursos em parcelas e acompanhamento técnico e socioambiental constante.





# Nossas Metas: Como Mediremos o Sucesso?



## Associações Fortalecidas

Número de organizações indígenas capacitadas em gestão e administração.



## Planos Participativos

Quantidade de Planos de Negócios construídos com a verdadeira participação da comunidade.



## Famílias Beneficiadas

Número de famílias indígenas com impacto direto na melhoria de renda e subsistência.



## Liderança Feminina e Jovem

Aumento do número de mulheres (Takiná) e jovens assumindo cargos de liderança nas organizações.

# Um Canal Aberto para Ouvir Vocês

Mecanismo de resolução de dúvidas e reclamações.

**UNIGEP e Banco Mundial**

A Coordenação Geral do projeto atua como última instância para garantir uma resolução justa e transparente.

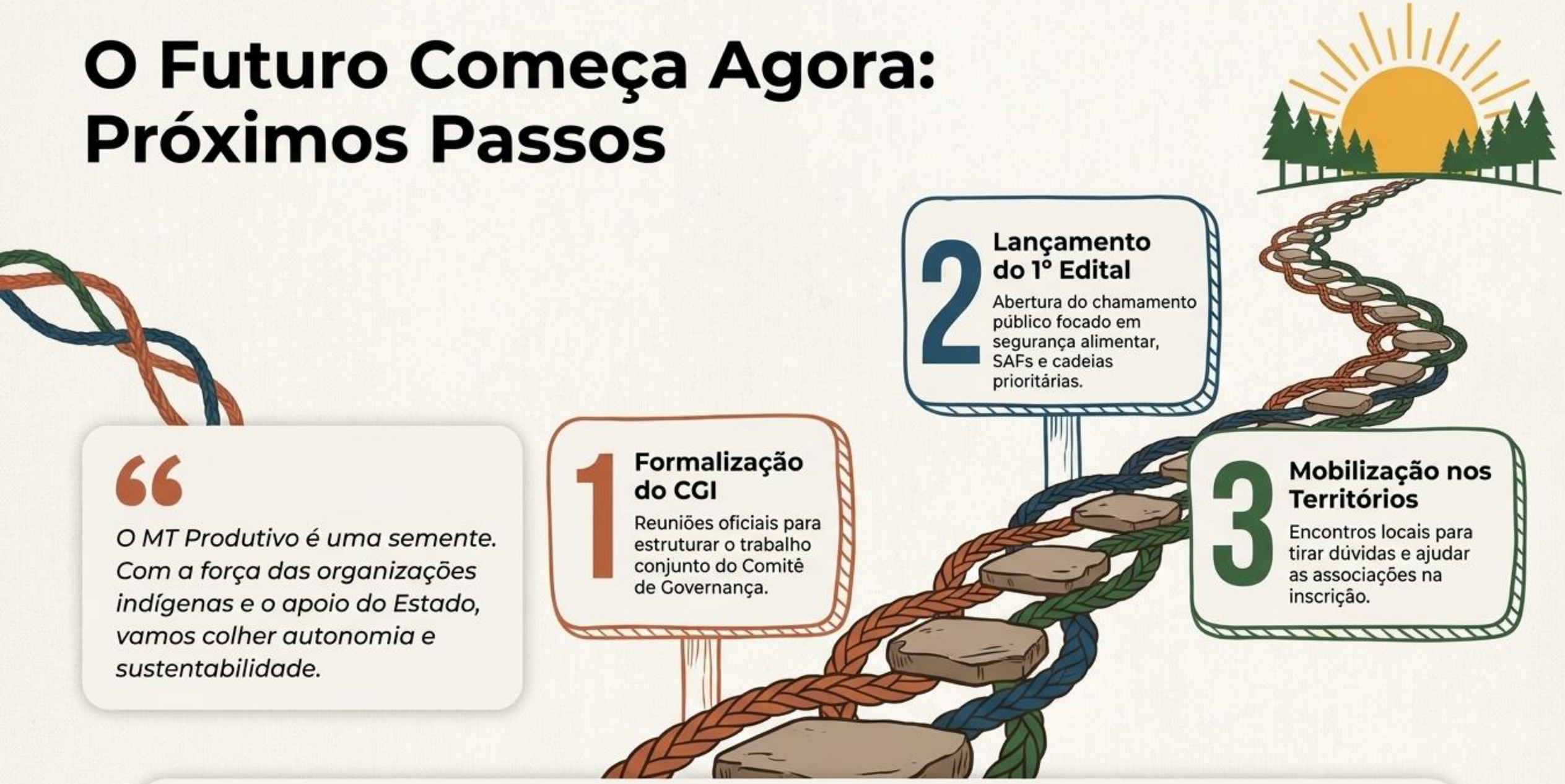
**Ouvidorias Setoriais**

Acionamento da SEAF, SEMA ou INTERMAT para questões técnicas mais complexas (prazo de 20 a 30 dias).

**Atendimento Local via WhatsApp**

Rápido e Direto. Canal exclusivo e culturalmente adequado para indígenas. Promessa de resposta inicial em até 5 dias úteis.

# O Futuro Começa Agora: Próximos Passos



> *O MT Produtivo é uma semente. Com a força das organizações indígenas e o apoio do Estado, vamos colher autonomia e sustentabilidade.*

**1 Formalização do CGI**

Reuniões oficiais para estruturar o trabalho conjunto do Comitê de Governança.

**2 Lançamento do 1º Edital**

Abertura do chamamento público focado em segurança alimentar, SAFs e cadeias prioritárias.

**3 Mobilização nos Territórios**

Encontros locais para tirar dúvidas e ajudar as associações na inscrição.

**Dúvidas?** mtprodutivo@agriculturafamiliar.mt.gov.br | **WhatsApp Ouv-Zap:** **(65) 98142 - 0068**